



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025



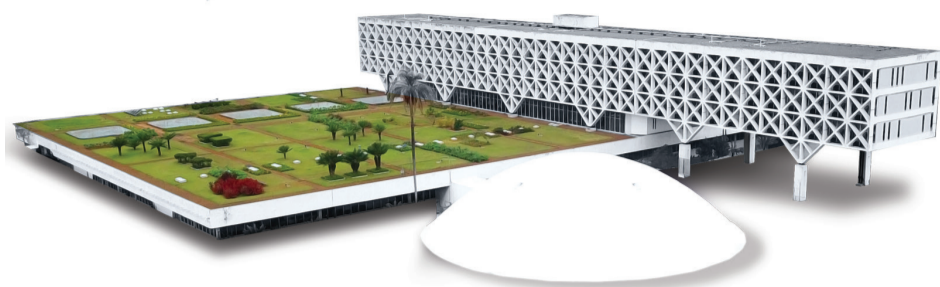


Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



O trabalho realizado ao longo de 2025 reafirmou o compromisso da Prodesp com a transformação digital do Governo do Estado de São Paulo, consolidando nosso papel como protagonista na modernização dos serviços públicos e na geração de valor para a sociedade.

Mantivemos uma agenda de investimentos que totalizou R\$ 404,8 milhões em transformação digital. Esses recursos foram direcionados a iniciativas estratégicas em hiperautomação, cibersegurança, desenvolvimento de novos sistemas e evolução

de plataformas estruturantes, fortalecendo a eficiência, a segurança da informação e a experiência dos cidadãos paulistas.

A Receita, somada aos convênios, atingiu R\$ 3,7 bilhões. O EBITDA alcançou R\$ 289,1 milhões, refletindo a consistência operacional e a capacidade de geração de resultado mesmo em um ambiente fiscal restritivo. O Lucro Líquido foi de R\$ 85,1 milhões, resultado que demonstra equilíbrio entre expansão de investimentos e responsabilidade financeira.

Seguimos firmes na disciplina de gestão e no compromisso com a eficiência financeira, promovendo revisões contratuais, otimização de custos e priorização de soluções de alto impacto. Essa postura assegura sustentabilidade econômica ao mesmo tempo em que amplia nossa capacidade de inovação.

Nossas soluções impactam aproximadamente 46 milhões de cidadãos, evidenciando a relevância social da Prodesp e o alcance das políticas públicas suportadas por nossa infraestrutura tecnológica.

Os resultados apresentados refletem o empenho de nossos colaboradores, parceiros e clientes institucionais, que compartilham conosco o propósito de transformar tecnologia em valor público.

Seguiremos avançando, com responsabilidade, inovação e foco no cidadão, fortalecendo a Prodesp como referência em tecnologia para o setor público.

Gileno Gurjão Barreto
Diretor-presidente

GESTÃO CORPORATIVA



SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

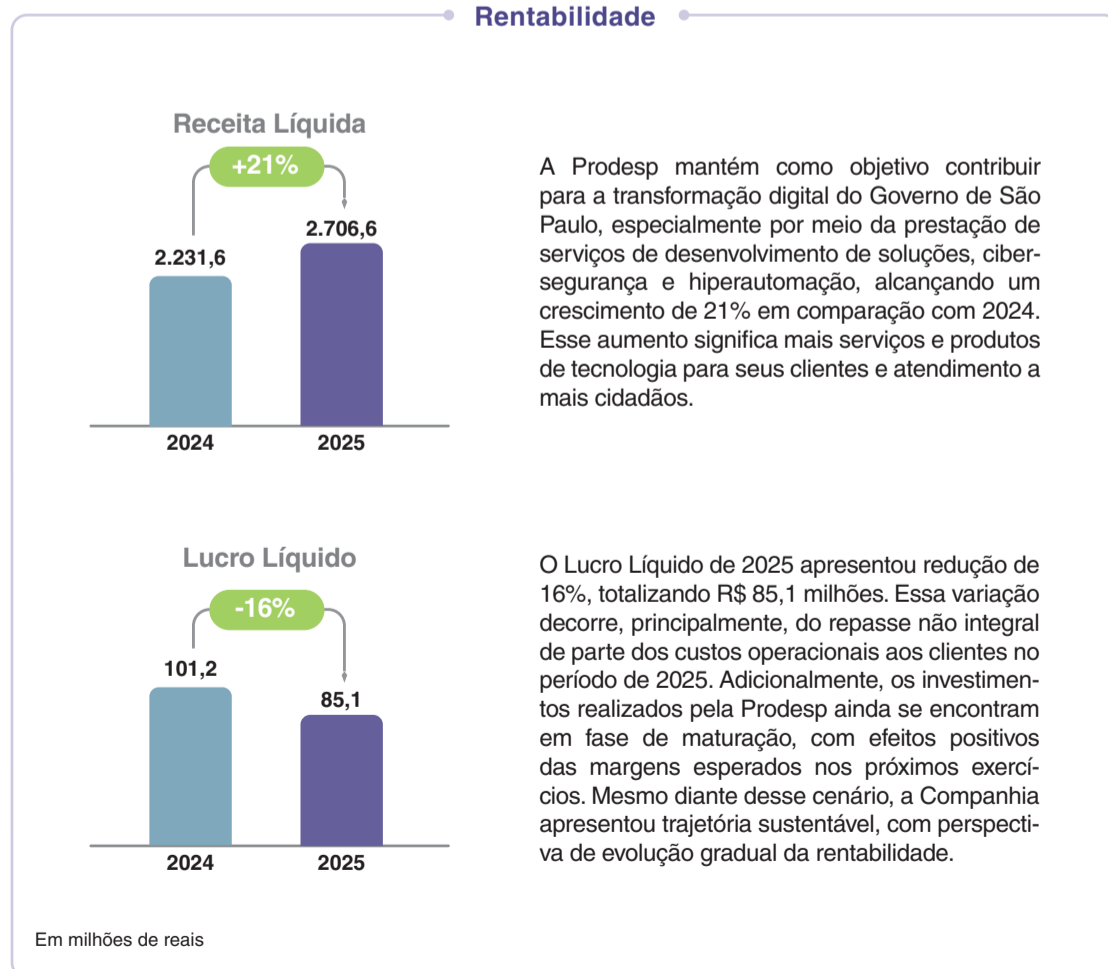
Venda da unidade Mooca

A venda do imóvel na Mooca foi efetivada em novembro de 2025, após processo competitivo que alcançou **R\$ 150 milhões**, valor superior às avaliações de mercado. A venda eliminou cerca de R\$ 10 milhões anuais em custos recorrentes, evitou aproximadamente R\$ 70 milhões em investimentos estruturais e liberou capital para aplicações de maior retorno. Os recursos serão direcionados a sistemas essenciais para o Estado e iniciativas de transformação digital focadas no cidadão, fortalecendo a eficiência e a geração de valor para a Prodesp.

Eficiência financeira

A gestão contratual e a revisão de escopos geraram economia direta de R\$ 284,3 milhões para a Prodesp em 2025, por meio de renegociações, descontos, ajustes técnicos e renúncia de reajustes. Esse resultado reforça disciplina de custos e eficiência na alocação de recursos da Companhia. Adicionalmente, a atuação centralizada de compras de tecnologia para o Governo do Estado possibilitou uma economia estimada de R\$ 2,1 bilhões aos demais órgãos estaduais, valor relevante para o setor público, ampliando o impacto financeiro global das iniciativas conduzidas pela Prodesp.

Rentabilidade



A Prodesp mantém como objetivo contribuir para a transformação digital do Governo de São Paulo, especialmente por meio da prestação de serviços de desenvolvimento de soluções, cibersegurança e hiperautomação, alcançando um crescimento de 21% em comparação com 2024. Esse aumento significa mais serviços e produtos de tecnologia para seus clientes e atendimento a mais cidadãos.

O Lucro Líquido de 2025 apresentou redução de 16%, totalizando R\$ 85,1 milhões. Essa variação decorre, principalmente, do repasse não integral de parte dos custos operacionais aos clientes no período de 2025. Adicionalmente, os investimentos realizados pela Prodesp ainda se encontram em fase de maturação, com efeitos positivos das margens esperados nos próximos exercícios. Mesmo diante desse cenário, a Companhia apresentou trajetória sustentável, com perspectiva de evolução gradual da rentabilidade.



Continua ▶





Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

POUPATEMPO.SP.GOV.BR



Ampliação e qualificação da relação de serviços

A relação de serviços do Poupatempo seguiu em processo de expansão e qualificação. Já a ampliação da oferta digital contribuiu para jornadas mais rápidas e melhor aproveitamento da infraestrutura física dos postos.



4.242 serviços



3.515 digitais

Em 2025, o Poupatempo manteve-se como uma das principais portas de acesso da população aos serviços públicos do Estado de São Paulo, combinando capilaridade territorial, ampliação do atendimento digital e melhoria contínua da experiência do cidadão. O modelo híbrido - digital e presencial - permitiu atender diferentes perfis da população, em larga escala, por meio de múltiplos canais.

Capilaridade e acesso ao cidadão



245 postos



234 municípios



100% das cidades atendidas com totens de autoatendimento



81,4 milhões de atendimentos



64% digitais

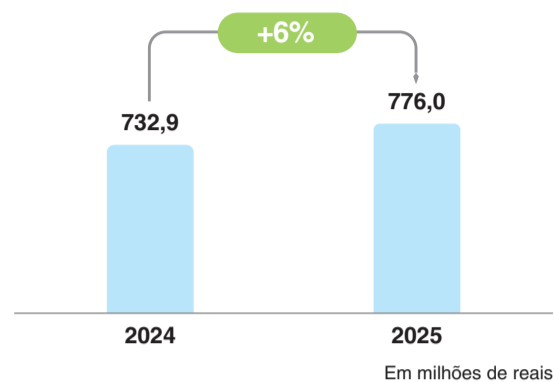


36% presenciais/totens

Escala de atendimento e jornada digital

A distribuição dos acessos aos serviços evidencia a ampliação do uso dos canais digitais, mantendo-se, simultaneamente, a oferta de atendimento presencial, de modo a assegurar inclusão e acessibilidade.

investimentos na operação e modernização dos postos



Ampliação de

25%

na oferta de vagas para atendimento presencial

Reconhecimento e excelência no atendimento



Prêmios 2025

Top 3

Ibest

Vencedor

Reclame Aqui

SOLUÇÕES PARA CLIENTES

Empregabilidade e inclusão produtiva

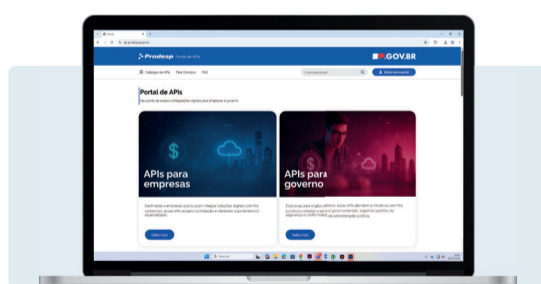
Desenvolvido para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, o portal Trampolim é uma plataforma que reúne vagas de emprego, cursos de qualificação, ferramentas de orientação de carreira e apoio para quem busca se recolocar ou crescer profissionalmente - tudo em um só lugar. Já as empresas participantes podem definir os perfis desejados, divulgar vagas gratuitamente e colaborar na criação de trilhas formativas personalizadas, garantindo uma conexão mais eficaz com candidatos.

trampolim

Plataformas digitais e integração de serviços

As APIs estratégicas foram estruturadas como instrumentos de integração entre sistemas governamentais, viabilizando o compartilhamento seguro, padronizado e auditável de dados entre órgãos, plataformas e parceiros.

A iniciativa contribui para a redução de redundâncias, a simplificação de fluxos e a ampliação da interoperabilidade, apoiando projetos transversais e iniciativas de inovação no âmbito do Governo Digital.



Tecnologia para segurança



Aplicativo desenvolvido pela Prodesp e integrado às Polícias Militar e Civil para ampliar a proteção de mulheres em situação de risco. Oferece botão do pânico, geolocalização em tempo real e acesso via gov.br, garantindo resposta rápida em casos de violência doméstica.

A solução foi reconhecida internacionalmente no Cannes Lions 2025, na categoria Health & Wellness Tech - Use of Technology, reforçando o impacto da tecnologia paulista na proteção e no salvamento de vidas.

Gestão do funcionalismo



O SOU.SP.GOV.BR é uma plataforma digital voltada à gestão do funcionalismo estadual, disponível em versão web e aplicativo. A solução reúne mais de 80 serviços e atende aproximadamente 500 mil servidores.

Em 2025, a plataforma passou por atualização, com melhorias na experiência do usuário, automação de fluxos e adoção de validação por biometria, reduzindo erros, retrabalho e etapas manuais nos processos administrativos.



Continua ▶





Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025



Monitora.SP

A plataforma Monitora.SP - Sistema de Gestão e Operações Viárias - incorporou a gestão e recepção das infrações de cerca de 600 novos radares de rodovias paulistas. Houve, ainda, a integração com o sistema de inteligência da Polícia Militar, possibilitando o envio de dados de tráfego viário em tempo real. O sistema realiza a gestão mensal média de 800 mil infrações.

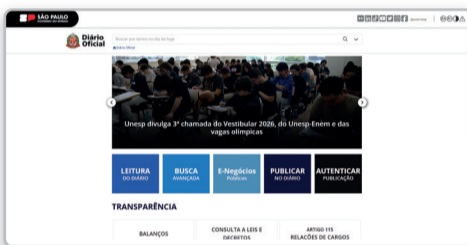


Saúde



Na área da Saúde, ampliação e evolução da plataforma Remédio SP, implantada de forma piloto na Farmácia de Alto Custo Maria Zélia, na capital paulista. A iniciativa facilita o acesso da população a medicamentos por meio de soluções digitais integradas. Contribuiu para maior controle, transparência e eficiência na gestão da distribuição de medicamentos.

Diário Oficial 100% digital



A transformação digital do Diário Oficial do Estado foi concluída com a implantação da diagramação com inteligência artificial para os cadernos Municípios e Empresarial, o que aprimorou a eficiência operacional e permitiu a ampliação do horário para envio de matérias. Em 2025, o Diário 100% digital contabilizou a publicação de **mais de 600 mil atos oficiais e 5 milhões de visitantes únicos**.

Governo digital nos municípios

A estratégia de interiorização do Governo Digital seguiu em expansão, com soluções voltadas à modernização das rotinas administrativas municipais e à ampliação do acesso a serviços públicos.

O SEI Cidades foi implantado em 104 municípios, alcançando 833 mil processos e 5,9 milhões de documentos tramitados de forma totalmente digital. A iniciativa gerou uma economia estimada de R\$ 193 milhões, associada à eliminação do uso de papel, à redução de deslocamentos e à maior eficiência dos fluxos administrativos.

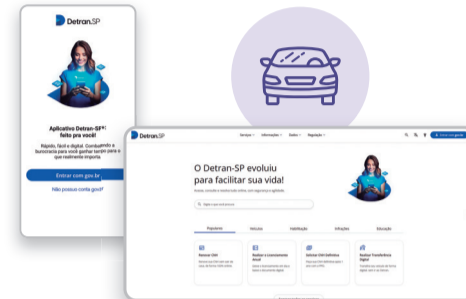
De forma complementar, o Cidades SP.GOV.BR ampliou o acesso do cidadão a serviços públicos em ambiente digital unificado, com maior transparência, eficiência e redução de custos.

CIDADES
SP.GOV.BR

sei!
cidades



Habilitação e veículos



Ao longo de 2025, a Prodesp implementou ações voltadas à digitalização e à automação de serviços relacionados à habilitação e a veículos, com foco na redução de fraudes, na agilidade dos processos e na segurança da informação.

A emissão do CRLV-e passou a operar de forma totalmente automatizada, permitindo liberação mais rápida do documento ao cidadão e redução de falhas operacionais. O Registro Nacional de Veículos em Estoque (Renave) e a Comunicação Digital de Venda foram aprimorados por meio de integrações entre sistemas e hiperautomação, ampliando a rastreabilidade e a padronização dos procedimentos.

O app Detran-SP+, por sua vez, ampliou a oferta de serviços digitais e a integração com outras plataformas do Governo do Estado, consolidando uma jornada cada vez mais digital para o cidadão e para os profissionais que atuam no setor.



Modernização do Sistema Biométrico do Estado de São Paulo

A adoção de solução automatizada de identificação (ABIS) no Sistema Biométrico do Estado, em fase de implementação, disponibilizará uma plataforma tecnológica avançada para identificação precisa de pessoas, utilizando dados biométricos como impressões digitais e reconhecimento facial. Capaz de detectar duplicidades, prevenir fraudes e garantir a identificação exclusiva de indivíduos, a solução terá capacidade para armazenar a identidade biométrica fiel de 46 milhões de cidadãos paulistas, ampliando significativamente a segurança nas suas jornadas de acesso e no uso de serviços digitais.



Defesa do cidadão

O Procon Digital seguiu como uma das principais ferramentas de defesa do consumidor no Estado, ampliando o acesso da população aos canais de atendimento e mediação de conflitos. Em 2025, a solução digitalizou novas etapas do processo, reduziu prazos e aumentou a capacidade de atendimento, promovendo maior transparência e eficiência na relação entre consumidores, fornecedores e poder público.

ESG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA



Processados em 2025:

16,2 toneladas de papel branco e misto

5,2 toneladas de papelão

2,1 toneladas de plásticos

2.900 unidades de lâmpadas

AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Prodesp realizou a avaliação coletiva e individual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, que estabelece a análise periódica de desempenho dos órgãos de gestão em empresas estatais. O processo adotou procedimentos definidos pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (Codec). Neste ciclo, o resultado indicou que o colegiado "satisfaz às expectativas".

Continua ►





Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

PESSOAS



Plataforma de aprendizado

O desenvolvimento contínuo dos funcionários é diretriz permanente da Prodesp. Com esse propósito, a empresa ampliou suas iniciativas de capacitação por meio da contratação de uma plataforma digital de aprendizagem, com acesso a cursos e programas educacionais nas áreas de Tecnologia da Informação e Ciência de Dados; Engenharia e Ciências Aplicadas; Desenvolvimento Pessoal e Soft Skills, além de Certificações Profissionais voltadas à qualificação técnica, entre outros temas. Essa abordagem permite a oferta de treinamentos de forma ágil, acessível e colaborativa, fortalecendo competências técnicas e comportamentais e apoiando a evolução contínua do quadro de pessoal.



Benefício Farmácia

A Prodesp instalou, em sua Sede, um Posto Avançado de uma rede de drogarias, ampliando a comodidade e o acesso dos colaboradores ao Benefício Farmácia.

A iniciativa é parte das melhorias implementadas no programa, após escuta ativa de 159 sugestões de funcionários, visando garantir a sustentabilidade do programa. As ações resultaram em redução de gastos de 76,7% em relação ao ano anterior, além de maior controle e ampliação da cobertura para tratamentos de alto custo, com incentivos ao uso de medicamentos genéricos, elevando a cobertura para 80% nessa modalidade.



10.793 colaboradores próprios e terceiros

GOVERNANÇA, COMPLIANCE E INOVAÇÃO



Integridade e governança corporativa

Em 2025, a Prodesp atingiu o nível III no modelo de Governança Empresarial do Código das Entidades da Administração Indireta do Estado de São Paulo (Codec), a partir da adoção e do aprimoramento de mecanismos de controle, gestão de riscos, transparência e prestação de contas.

Nível III
no modelo de Governança do Codec



Compliance, gestão de riscos e proteção de dados

Um dos destaques do ano foi a evolução expressiva no índice de conformidade em privacidade e proteção de dados pessoais, comparada a 2023. O resultado decorre da implementação de controles internos, capacitações, revisão de processos e fortalecimento da governança de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Maior
conformidade em privacidade



Inovação aberta e fortalecimento do ecossistema GovTech

O programa **Prodesp for Startups** manteve-se como porta de entrada para soluções inovadoras, com mais de 300 startups inscritas e 61 homologadas em segmentos estratégicos.

No mesmo eixo, a parceria com a Fapesp viabilizou o **GovChallenge**, iniciativa de inovação aberta que conecta desafios públicos a empresas de base tecnológica, com apoio financeiro de até R\$ 1,5 milhão por projeto.

Prodesp for Startups:
300+
empresa inscritas
61
homologadas



Inteligência artificial e pesquisa aplicada

Em 2025, avançou a estruturação de iniciativas voltadas à pesquisa aplicada em inteligência artificial, com foco em automação, interoperabilidade, análise de dados e melhoria da experiência do cidadão.

Destaca-se a criação de um **Centro de Excelência em Inteligência Artificial**, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Fapesp, com o objetivo de desenvolver soluções, fomentar a formação de especialistas e apoiar projetos estratégicos do Governo do Estado.

AVANÇOS E INOVAÇÕES



Leilão de móveis

Como parte da estratégia de desocupação da antiga filial Mooca, a venda de 689 lotes em 2025, correspondentes a **62%** do estoque disponível, gerou uma receita de **R\$ 3,3 milhões**, representando um incremento de **24,91%** frente ao valor originalmente avaliado.



Mercado livre de energia

Em abril de 2025 a Prodesp realizou a migração do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), gerando uma **economia de 23%** em comparação com o desembolso no ano anterior.

A iniciativa visa ampliar a previsibilidade dos custos de energia e reduzir a exposição a variações tarifárias. Já nos primeiros meses, a migração para o ACL permitiu ganhos relevantes de eficiência econômica.

INFRAESTRUTURA OPERACIONAL



Cibersegurança como agenda estratégica

Um programa estruturante de proteção digital foi executado pela Companhia ao longo de 2025, com investimentos voltados à prevenção, detecção e resposta a incidentes cibernéticos.

Como resultado, a Prodesp adotou o NIST Cybersecurity Framework, tendo cumprido as metas estratégicas e em nível tático, inclusive quanto à gestão centralizada dos acessos críticos aos sistemas. As ações incluíram soluções de monitoramento, controle de acessos, proteção de endpoints e fortalecimento da governança de segurança da informação.



Continua ▶



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	144.019	590.592	Fornecedores	13	982.696	550.682
Contas a receber	6	448.206	460.633	Arrendamentos	14	24.542	21.671
Valores a receber convênios	7	75.112	58.622	Valores a pagar convênios	7	158.858	381.125
Tributos a recuperar	8	210.899	125.940	Salários e encargos sociais	15	90.348	84.281
Despesas antecipadas	9	473.886	241.663	Obrigações fiscais	16	79.318	67.796
Outros ativos circulantes		21.261	10.726	Juros sobre o capital próprio	18.3	20.204	24.049
		1.373.383	1.488.176	Outros passivos circulantes		30.426	20.440
						1.386.392	1.150.044
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	-	9.854	Não circulante			
		1.373.383	1.498.030	Fornecedores	13	2.120	4.044
				Arrendamentos	14	-	19.062
Não circulante				Provisão para contingências	17	40.739	41.139
Realizável a longo prazo						42.859	64.245
Contas a receber	6	57.947	-	Patrimônio líquido			
Despesas antecipadas	9	169.882	29.516	Capital social	18.1	744.841	744.841
Depósitos para recursos		3.095	7.732	Reserva de lucros	18.2	188.910	124.046
Tributos diferidos	25.2	661	24.987			933.751	868.887
Tributos a recuperar	8	32.739	13.442				
Investimentos		900	900				
Imobilizado	11	156.508	205.156				
Intangível	12	567.887	303.413				
		989.619	585.146				
Total do ativo		2.363.002	2.083.176	Total do passivo e patrimônio líquido		2.363.002	2.083.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto lucro por ações expresso em reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	19	2.706.638	2.231.634
Custo dos serviços prestados		(2.319.024)	(1.947.533)
Lucro bruto		387.614	284.101
Despesas com vendas, gerais e administrativas	21	(274.308)	(221.262)
Resultado com baixa de ativos imobilizado	22	74.305	1.590
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(80.220)	68.740
Despesas operacionais		(280.223)	(150.932)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		107.391	133.169
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	18.668	26.896
Despesas financeiras	24	(9.644)	(12.476)
		9.024	14.420
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		116.415	147.589
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	25.1	(31.347)	(46.331)
Lucro líquido do exercício		85.068	101.258
Lucro líquido por lote de mil ações	25.3	6,84	8,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	85.068	101.258
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	85.068	101.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		668.232	10.721	112.727	(2)	-	791.678
Aumento de capital social	18.1	76.609	-	(76.609)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	101.258	101.258
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	18.2	-	5.063	-	-	(5.063)	-
Destinação de juros sobre o capital próprio para distribuição	18.3	-	-	-	-	(24.049)	(24.049)
Constituição de reserva de lucros		-	-	72.146	-	(72.146)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		744.841	15.784	108.264	(2)	-	868.887
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	85.068	85.068
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	18.2	-	4.253	-	-	(4.253)	-
Destinação de juros sobre o capital próprio para distribuição	18.3	-	-	-	-	(20.204)	(20.204)
Constituição de reserva de lucros		-	-	60.611	-	(60.611)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		744.841	20.037	168.875	(2)	-	933.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua ►



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		116.415	147.589
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	11 e 12	187.365	114.536
Constituição para perdas de crédito esperadas, líquida	23	57.106	(77.416)
Baixa de ativos imobilizado e intangível	11 e 12	1.747	23.321
Baixa de títulos incobráveis (write-off)	23	26.288	-
Provisão para contingências	17	3.831	3.545
Juros sobre arrendamento	24	3.914	-
Receita de juros de ajuste a valor presente	24	(1.896)	-
Ganho na alienação do imóvel da Mooca	22	(71.812)	-
Outros		-	351
		322.958	211.926
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(52.852)	88.914
Valores a receber convênios		(12.610)	29.431
Tributos a recuperar		(104.256)	(61.017)
Despesas antecipadas		(372.589)	74.593
Depósito para recursos		406	(2.689)
Outros ativos		(10.535)	4.219
Fornecedores		430.090	96.185
Valores a pagar convênios		(222.267)	(33.606)
Salários e encargos sociais		6.067	2.955
Obrigações fiscais		1.967	16.287
Outros passivos		9.986	9.901
Juros sobre arrendamento		(2.892)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.346)	(7.908)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(7.873)	429.191
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	11	(16.881)	(68.731)
Aquisições de intangível	12	(388.057)	(277.235)
Recursos provenientes da alienação do imóvel da Mooca		7.500	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(397.438)	(345.966)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento do principal de arrendamento		(17.213)	-
Juros sobre capital próprio pago	18.3	(24.049)	(41.637)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(41.262)	(41.637)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(446.573)	41.588
Saldos de caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	5	590.592	549.004
No final do exercício	5	144.019	590.592
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(446.573)	41.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	2025	2024
Receitas		
Receita com serviços prestados, líquida de abatimentos	3.055.418	2.514.662
Perda de crédito esperada	(57.106)	77.416
Insumos adquiridos de terceiros	(1.838.092)	(1.695.903)
Custo dos serviços prestados	(1.731.028)	(1.629.077)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(70.421)	(32.904)
Outros	(36.643)	(33.922)
Valor adicionado bruto	1.160.220	896.175
Depreciação e amortização	(181.680)	(114.536)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	978.540	781.639
Valor adicionado recebido em transferência	107.928	35.115
Receitas financeiras	18.668	26.896
Outras receitas	89.260	8.219
Valor adicionado total a distribuir	1.086.468	816.754
Distribuição do valor adicionado	(1.086.468)	(816.754)
Pessoal		
Remuneração direta	(395.305)	(373.950)
Benefícios	(92.163)	(90.742)
Encargos	(28.302)	(27.447)
Impostos, taxas e contribuições	(475.986)	(223.263)
Federais	(412.169)	(168.797)
Municipais	(63.817)	(54.466)
Remuneração de capital de terceiros	(9.644)	(94)
Juros	(5.229)	(94)
Outros	(4.415)	-
Remuneração de capitais próprios	(85.068)	(101.258)
Juros sobre o capital próprio	(20.204)	(24.049)
Lucros retidos	(64.864)	(77.209)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp ("Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo" ou "Prodesp" ou "Companhia") é a empresa pública de tecnologia da informação e comunicação do Estado de São Paulo, fundada em 1969, com sede em Taboão da Serra e filiais em outras cidades. A Companhia é controlada pela Fazenda do Estado de São Paulo e segue a legislação aplicável às empresas estatais, em especial a Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais").

Em 2025, a Prodesp manteve seu papel estratégico na transformação digital do Estado, com foco na manutenção e evolução das soluções implantadas nos anos anteriores, garantindo a continuidade dos serviços públicos digitais e a proteção das informações críticas. O exercício foi marcado por investimentos relevantes em hiperautomação, serviços de segurança e soluções SaaS, alinhados à estratégia de eficiência operacional e proteção de dados. Ao longo do ano, foram capitalizados aproximadamente R\$ 388 milhões em ativos intangíveis, principalmente em projetos estratégicos como Motor Biométrico, RH-Estruturante e plataformas digitais, reforçando a capacidade tecnológica da Companhia.

O Poupatempo manteve 245 unidades em operação, consolidando sua capilaridade e ampliando funcionalidades digitais no aplicativo móvel, como agendamento online e consulta de serviços, em linha com a política de simplificação e digitalização do atendimento ao cidadão. A Companhia também encerrou a operacionalização do programa Bolsa do Povo, revertendo os recursos remanescentes ao Governo do Estado de São Paulo no início do ano.

Outro marco relevante foi o reconhecimento da imunidade tributária recíproca pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"), com trânsito em julgado em maio de 2025. Essa decisão trará impactos econômicos e operacionais significativos, como a não incidência do IRPJ e a possibilidade de recuperação de tributos pagos indevidamente nos últimos cinco anos. A Administração avalia os impactos futuros, que poderão melhorar o fluxo de caixa e simplificar processos fiscais.

A Prodesp manteve sua capacidade operacional sólida, direcionando esforços para cibersegurança, área que continua absorvendo investimentos relevantes, e para a gestão eficiente de contratos e recursos, refletindo um crescimento de 21% na receita operacional líquida em relação ao exercício anterior. Além disso, a Companhia concluiu a alienação do imóvel da Mooca, medida que reforça a estratégia de eficiência operacional, proporcionando economia anual estimada e evitando gastos futuros significativos com manutenção e reformas. A transação gerou efeitos contábeis relevantes,

detalhados nas Notas 10 e 22. A redução do caixa, de aproximadamente R\$ 268.089 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 60 milhões em 31 de dezembro de 2025, reflete esse ritmo acelerado de investimentos em tecnologia, essenciais para a manutenção da infraestrutura crítica e a evolução dos serviços digitais do Estado.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16, incluindo os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto nas situações mencionadas nas práticas contábeis a seguir, são apresentadas em milhares de Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e estão apresentadas de forma comparativa em relação ao exercício anterior.

2.1. Reconhecimento das receitas de contratos com clientes

A Prodesp reconhece suas receitas de serviços seguindo o modelo de cinco passos do CPC 47, que compreende identificação do contrato, determinação das obrigações de desempenho, definição do preço da transação (líquido de impostos), alocação do preço a cada obrigação e reconhecimento da receita quando cada obrigação de desempenho é satisfeita. As receitas são registradas na conta "Contas a receber de clientes" pelo valor líquido de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas.

As receitas são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são executados pela Prodesp ou consumidos pelos seus clientes. Os consumos são atestados por meio de medições mensais, e após o aceite são faturados ao cliente.

Os principais serviços oferecidos pela Prodesp são:

- **Segurança da Informação:** soluções que proporcionam um controle abrangente sobre os acessos privilegiados, acompanhado da capacidade de identificar e mitigar ameaças em tempo real, independente do sistema operacional ou da infraestrutura de nuvem em utilização;

- **Plataforma de Hiperautomação:** solução que otimiza os processos de negócios, eliminando tarefas repetitivas e automatizando as tarefas manuais, com tecnologias como automação de processos

robóticos ("RPA"), plataformas de baixo código ("low-code"), inteligência artificial ("IA") e assistentes virtuais;

- **Prodesp Shield:** conjunto integrado de tecnologias avançadas, organizadas em camadas proporcionando uma proteção abrangente e completa contra ameaças cibernéticas;

- **Prodesp Cidades:** soluções, produtos e serviços tecnológicos que atuam na ampliação dos serviços à população, melhoria da gestão pública e na qualidade de vida das pessoas, permitindo que os municípios possam, considerando seu nível de maturidade em tecnologia, iniciar, ampliar ou potencializar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação ("TIC") como elemento de gestão e operação de cidades;

- **Multicloud:** fornecimento de poder computacional (CPU, memória e sistema operacional, armazenamento e retenção de dados, em alta ou baixa plataforma) que mescla soluções próprias do Data Center Prodesp e soluções de mercado;

- **Soluções Prodesp:** desenvolvimento sob demanda de soluções tecnológicas; e

- **Outsourcing TIC:** prestação de serviços de atendimento e suporte técnico de TI.

2.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Os ativos e passivos de tributos correntes referente aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. A Companhia não está sujeita ao imposto de renda ("IRPJ") em razão da imunidade tributária reconhecida em 2025 e, portanto, tributa exclusivamente a contribuição social ("CSLL") sobre seus lucros pelo regime do Lucro Real Anual.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia reconhece passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias e ativos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável (base de contribuição social sobre o lucro líquido) esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

Continua ▶





Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis (base de CSLL) estarão disponíveis para permitir que todos ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa aplicável de 9% (CSLL), com base nas legislações vigentes na data do balanço. Os tributos diferidos são reconhecidos no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido, conforme a transação que lhes deu origem.

A Prodesp contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e se pretender fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a Prodesp tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com o tributo sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

As despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar são apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Imunidade tributária

Em 2025, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, com trânsito em julgado, a imunidade tributária recíproca da Companhia quanto aos tributos sobre patrimônio e renda, abrangendo, entre outros, o IRPJ. A Companhia aplicou a decisão no exercício, deixando de reconhecer IRPJ corrente e baixando integralmente os saldos de IRPJ diferido. A imunidade não se estende à CSLL, que permanece sendo apurada normalmente. Os potenciais efeitos sobre a recuperação de tributos pagos indevidamente serão reconhecidos quando atendidos os critérios de reconhecimento contábil (Nota 25).

2.3. Despesas antecipadas

A Prodesp classifica como despesas antecipadas a aplicação de recursos em despesas que irão incorrer em períodos subsequentes.

Software as a Service ("SaaS")

As aquisições de softwares e soluções em tecnologia da informação na forma de serviços (SaaS) podem ser classificadas como ativo intangível ou como despesas antecipadas, dependendo das características do contrato. Nos casos em que não se atendem os requisitos do CPC 04 - Ativo intangível, os valores são registrados como despesas antecipadas e apropriados à demonstração do resultado de forma sistemática e linear pelo prazo de vigência dos contratos.

Esses contratos possuem prazos entre 12 e 24 meses, sendo que as parcelas amortizáveis em até 12 meses são classificadas no ativo circulante e as demais no ativo não circulante. Em 2025, a Companhia intensificou a contratação de soluções SaaS, aplicando rigorosamente os critérios do CPC 04 para definir a classificação contábil. Alguns contratos apresentam prazo superior a 24 meses, sendo classificados no ativo não circulante conforme sua amortização.

2.4. Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio da transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídas as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou grupo de ativos mantido para venda está disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data de classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Em 2025, a Companhia concluiu a venda do imóvel localizado na Mooca, anteriormente classificado como ativo não circulante mantido para venda. A transação foi formalizada em novembro, com recebimento da primeira parcela no mesmo mês. A venda foi registrada contabilmente com a baixa do ativo imobilizado, reconhecimento do ajuste a valor presente ("AVP") sobre as parcelas vincendas e do resultado da transação, conforme critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, não existem ativos classificados como mantidos para venda.

Divulgações adicionais sobre a venda, os efeitos no resultado e a movimentação do ativo estão apresentadas na Nota 11 - Imobilizado e na Nota 22 - Resultado com baixa de ativos imobilizado e

intangível.

2.5. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros é no mínimo de 25% do lucro auferido no exercício após destinações previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Essas distribuições são priorizadas na forma de juros sobre capital próprio até os limites legais previstos e devem ser ratificadas na Assembleia Geral dos Acionistas.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de distribuição de lucros aos acionistas quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa, quando prevista em sua política de distribuição de lucros ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.

Os valores propostos para distribuição referentes ao exercício estão detalhados na Nota 18.3. Dividendos e juros sobre capital próprio.

2.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de tributos recuperáveis, depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Prodesp as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edifícios: 25 anos;
- Benfeitorias: 20 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Máquinas e equipamentos: 5 anos; e
- Veículos: 5 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando alienado, por exemplo, na data que o comprador obtém controle, ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado decorrente do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição menos tributos recuperáveis no momento do seu reconhecimento inicial, e após são apresentados ao custo menos tributos recuperáveis, amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A Prodesp registra ativos intangíveis apenas quando o ativo é identificável, quando o controla, quando o custo pode ser mensurado com confiabilidade e quando há evidências de que o ativo seja capaz de gerar benefícios econômicos futuros por meio da sua utilização ou emprego nas atividades da Companhia.

A Companhia cessa a capitalização de gastos com intangível a partir do momento que o ativo se encontra nas condições operacionais pretendidas pela Administração. Os gastos subsequentes ao fim da capitalização do ativo são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Prodesp não possui ativos qualificados como intangíveis com vida útil indefinida.

Um ativo intangível é baixado quando da sua alienação, ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado, ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- A Prodesp possui recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Software

A Prodesp classifica como software as aquisições de licenças de programas de computador e de sistemas de gestão empresarial. Os gastos associados à manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Em 2025, a Companhia deu continuidade ao processo de modernização tecnológica iniciado em 2023, com foco no desenvolvimento e evolução de sistemas utilizados por diferentes áreas do Governo do Estado de São Paulo. Os investimentos compreenderam projetos de identidade digital e biometria, evolução de sistemas corporativos, soluções de SaaS e automação de processos, observados os critérios de capitalização previstos no CPC 04 - Ativo Intangível.

Os valores capitalizados no exercício refletem o avanço dessas iniciativas e compõem o portfólio de soluções tecnológicas utilizadas pela Companhia no suporte aos serviços públicos e privados digitais (Nota 12).

2.8. Arrendamentos

A Companhia possui contrato de arrendamento financeiro relacionado à aquisição de equipamentos de tecnologia para modernização do Data Center, com prazo de vencimento até dezembro de 2026 e taxa contratual de CDI + 1,09% a.a.

Os ativos e passivos provenientes do arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos do contrato, descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, que neste caso corresponde à taxa contratual de CDI + 1,09% a.a.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, incluindo:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela; e
- Quaisquer custos diretos iniciais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento que apresentam características de aquisição são contabilizados conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Nesse caso, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada, independentemente do prazo do arrendamento, considerando que a Companhia terá a propriedade do bem ao final do contrato.

A Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados ao arrendamento e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um único componente de arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras de forma a produzir uma taxa periódica mensal constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Em 2025, não foram firmados novos contratos de arrendamento além do mencionado acima.

2.9. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

Ativos financeiros

• Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Prodesp para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao valor justo. No caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, exceto as contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são acrescidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo financeiro.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

• Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Prodesp ao custo amortizado incluem apenas as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Continua ▶



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025

A Prodesp não possui ativos qualificados como instrumentos de dívida.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados nesta categoria.

• Desreconhecimento

Um ativo financeiro ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A Prodesp transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Prodesp também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Prodesp; e
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Prodesp reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Prodesp espera receber.

Para contas a receber de clientes, a Prodesp aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base.

A Prodesp considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Prodesp receber integralmente os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

• Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. Os passivos financeiros da Prodesp incluem fornecedores, arrendamentos e juros sobre capital próprio a pagar. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Prodesp revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos com vida útil indefinida é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Prodesp estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Prodesp espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que refletem os riscos específicos ao passivo, quando adequado. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a Companhia consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a Companhia só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma Companhia estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as Companhias a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e

• Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluiu-se que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais:

- A Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações financeiras; e
- Os fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações financeiras ou nos procedimentos internos.

b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as Companhias as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas demonstrações financeiras.

2.14. Novas normas, revisões e interpretações que ainda não entraram em vigor a partir de 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e revisadas emitidas pelo IASB

efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Prodesp. As normas e interpretações novas e revisadas emitidas pelo IASB, com efeitos práticos a partir de 2025, estão descritas abaixo:

a) Alteração do CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controladas e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

A alteração prevê atualização na aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) nos casos de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, que estará em acordo com as práticas contábeis adotadas internacionais.

A norma foi revisada em setembro de 2024 e passou por alterações com efeito prático para 1º de janeiro de 2025. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Prodesp.

b) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Emitido em abril de 2024, substituindo o ISA 1 (equivalente ao CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Financeiras), resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A alteração realizada no IFRS 18 modificou também o escopo do IAS 7 (equivalente ao CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), com alteração no fluxo de caixa das operações pelo método indireto de "lucro ou prejuízo do exercício" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

A Prodesp avaliará os impactos e as alterações necessárias para adoção das novas apresentações e divulgações nas demonstrações financeiras.

c) IFRS 19: subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Criada em maio de 2024, permite as Companhias elegíveis a redução na divulgação, enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. A Companhia para ser elegível deve ser uma controlada, conforme definido no IFRS10 (equivalente ao CPC 36 – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare as demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

A sua aplicação deverá ocorrer a partir de 1º de janeiro de 2027, com a sua antecipação permitida. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Prodesp.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. As estimativas e premissas contábeis são continuamente revisadas pela Administração. Os julgamentos, estimativas e premissas com efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir.

A Prodesp baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

3.1. Venda do imóvel da Mooca

Em 2025, a Administração aplicou julgamento para mensurar o valor justo líquido das despesas de venda do imóvel da Mooca e calcular o ajuste a valor presente (AVP) das parcelas vincendas, conforme critérios estabelecidos pelas normas contábeis.

3.2. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

Para contas a receber de clientes, a Prodesp aplica o cálculo das perdas de crédito esperadas considerando os valores vencidos há 365 dias e, em certos casos, realiza uma análise detalhada quando informações internas ou externas indicam ser improvável a recuperação destes créditos pela Prodesp.

3.3. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para os processos judiciais de natureza cível e trabalhista que apresentem riscos de perdas considerados como prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

4. Gestão de risco financeiro

A Prodesp está exposta a riscos de mercado, crédito e liquidez, sendo sua gestão supervisionada pela Administração. Para isso, conta com uma estrutura de governança financeira adequada. A Companhia adota iniciativas para que suas atividades envolvendo riscos financeiros sejam conduzidas conforme políticas e procedimentos estabelecidos, garantindo sua identificação, avaliação e gerenciamento alinhados às diretrizes e ao perfil de risco da empresa. O Conselho de Administração revisa e define as políticas para a gestão de cada um desses riscos, conforme resumo a seguir, com base nas demonstrações financeiras,

Continua ▶



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ: 62.577.929/0001-35
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025

que apresentam baixa exposição.

• Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem equivalentes de caixa e outros ativos financeiros.

A Prodesp está sujeita a riscos de mercado relacionados a fatores macroeconômicos, incluindo inflação, variação de índices de preços e restrições orçamentárias do setor público. Embora a Companhia não esteja exposta a volatilidade de preços em contratos de longo prazo, os reajustes contratuais seguem, em sua maioria, indicadores inflacionários, garantindo previsibilidade nos custos. Adicionalmente, eventuais contingenciamentos e revisões orçamentárias do Estado podem impactar a demanda por serviços e o ritmo de execução de projetos, exigindo uma gestão eficiente dos contratos e da capacidade operacional.

• Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).

A Companhia não possui exposição relevante ao risco cambial, pois suas receitas são integralmente denominadas em reais e não há clientes com faturamento em moeda estrangeira. Em relação às aquisições de bens e serviços precificados em dólar ou outras moedas, a Prodesp adota a estratégia de conversão imediata no momento da emissão do pedido de compra, evitando oscilações cambiais entre a contratação e o pagamento. Dessa forma, a exposição ao risco de câmbio é pontual e mitigada no momento da negociação com fornecedores.

• Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações em um instrumento financeiro ou contrato comercial, resultando em perdas para a Companhia. A Prodesp está exposta a esse risco em suas atividades operacionais, principalmente no que se refere às contas a receber e ativos de contrato, bem como em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber e ativos de contrato

A Prodesp presta serviços para Companhias do Governo do Estado de São Paulo, com parte significativa da carteira de clientes composta por partes relacionadas. Apesar de a Companhia possuir processos estruturados de cobrança e monitoramento de recebíveis, os prazos de pagamento podem variar conforme a dinâmica orçamentária e financeira dos clientes. Não há histórico significativo de inadimplência, pois os valores são integralmente recebidos, ainda que, em alguns casos, com prazos dilatados.

A Companhia realiza periodicamente uma análise de redução ao valor recuperável dos seus recebíveis, considerando probabilidades de perda e informações razoáveis e suportáveis disponíveis na data de encerramento do exercício. Esse cálculo leva em conta eventos passados, condições atuais e previsões econômicas futuras, garantindo que eventuais riscos sejam monitorados e mitigados adequadamente.

Adicionalmente, a Prodesp não mantém ativos recebíveis garantidos por terceiros, reforçando a necessidade de uma gestão eficiente do risco de crédito.

Na data-base, a exposição máxima ao risco de crédito corresponde ao valor contábil bruto de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber (incluindo ativos contratuais, quando aplicável). Essa divulgação atende ao CPC 40 (R1) / IFRS 7.

• Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras no vencimento. A Prodesp monitora esse risco por meio de ferramentas de planejamento de liquidez, considerando a previsão de fluxos de caixa e a necessidade de capital de giro para suas operações.

Embora a Companhia não possua financiamentos tradicionais, eventuais desafios de liquidez podem surgir devido ao descasamento entre a prestação de serviços e o recebimento dos clientes, majoritariamente Companhias do Governo do Estado de São Paulo. Como os projetos contratados frequentemente demandam a aquisição de software e a contratação de serviços de terceiros antes da efetivação do pagamento pelos clientes é necessária a gestão do fluxo de caixa para evitar impactos operacionais. Podem existir atrasos de pagamentos a fornecedores devido a atrasos no recebimento de clientes do Estado que dependem de liberação orçamentária.

A Prodesp busca manter um equilíbrio adequado entre a execução dos serviços e a gestão de seus compromissos financeiros. Adicionalmente, a Companhia não possui exposições relevantes a instrumentos financeiros de crédito ou dívida, exceto por contratos de arrendamento financeiro, cujos desembolsos são planejados dentro da estrutura orçamentária vigente.

Os desembolsos relacionados ao contrato de arrendamento financeiro firmado para modernização do Data Center são considerados no planejamento de liquidez.

Informações sobre valores e prazos do arrendamento constam na Nota 14 (principal e encargos até o vencimento contratual), conforme requerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7.

Concentração de risco

A estrutura de clientes da Prodesp é composta essencialmente por órgãos públicos estaduais, o que pode representar um fator de concentração de risco. No entanto, a ausência de inadimplência histórica e a previsibilidade dos recebimentos mitigam esse efeito.

Com relação a fornecedores, a Companhia adota políticas de compras estruturadas, distribuindo contratações entre diferentes prestadores de serviço para evitar dependência excessiva de um único parceiro comercial.

A Administração monitora continuamente sua posição de liquidez e adota medidas para garantir a sustentabilidade financeira da Companhia, considerando o perfil de seus recebíveis e compromissos.

Informações adicionais

Em 2025, não houve contratação de instrumentos financeiros derivativos ou exposição relevante a riscos adicionais. Informações quantitativas sobre instrumentos financeiros estão apresentadas nas Notas 5, 9, 13 e 14.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	20	12
Depósitos bancários	755	266
Aplicação financeira	143.244	590.314
	144.019	590.592
Poupatempo (Nota 7.1)	(83.746)	(128.638)
Bolsa do Povo (Nota 7.2)	-	(193.865)
Prodesp	60.273	268.089

A redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa da Prodesp de R\$ 268.089 para R\$ 60.273, entre 31 de dezembro de 2024 e 2025 decorre, substancialmente, da execução do plano de investimentos da Companhia, do consumo de recursos voltados à sustentação das operações e projetos estratégicos ao longo do exercício. Contribuíram, ainda, para a variação observada, a redução das margens aplicadas em determinados contratos com clientes, a redução significativa de receitas com a Coleta Biométrica e a prestação de serviços em projetos financiados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), decisões alinhadas à estratégia institucional e à ampliação da oferta de serviços públicos digitais.

Os saldos das aplicações financeiras contemplam aplicações e rendimentos financeiros em fundos de investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata die até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A Prodesp, na qualidade de executora do programa Poupatempo, mantém contas patrimoniais e bancárias dedicadas exclusivamente para o recebimento de recursos do Governo do Estado de São Paulo e liquidações de obrigações destinadas à manutenção e funcionamento dos programas, não incorrendo em acréscimos ou decréscimos patrimoniais decorrentes desta atividade.

Em fevereiro de 2025, os recursos remanescentes do programa Bolsa do Povo foram integralmente devolvidos ao Governo do Estado de São Paulo, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2025.

6. Contas a receber

Os valores a receber estão representados por vendas e serviços prestados substancialmente a pessoas jurídicas de direito público em geral. Os valores a receber estão representados por vendas e serviços prestados substancialmente a pessoas jurídicas de direito público em geral.

	2025	2024
Contas a receber	37.327	57.805
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 27.1)	519.717	472.675
Recebíveis do Imóvel Mooca (Nota 22)	160.375	
(-) Ajuste a Valor Presente - AVP (Nota 22)	(84.313)	
	633.106	530.480
Provisão para perdas de crédito esperadas	(126.953)	(69.847)
Total de contas a receber, líquidas	506.153	460.633
Circulante	448.206	460.633
Não circulante	57.947	-

São classificados como partes relacionadas os clientes sob o controle do Estado de São Paulo, conforme apresentado na Nota 26 - Saldos e transações com partes relacionadas. Os clientes controlados pelos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo, bem como dos demais entes federativos, inclusive os Poderes Executivos destes entes, são classificados em "Contas a receber".

Recebíveis do Imóvel Mooca

Em novembro de 2025, a Companhia concluiu a venda do imóvel localizado na Mooca (Nota 22). O valor da transação será recebido em parcelas, das quais a primeira foi liquidada no exercício e as demais permanecem registradas como contas a receber. Esses valores foram ajustados a valor presente (AVP) conforme critérios estabelecidos pelas normas contábeis.

Valor por quantidade de dias vencidos (Aging List):

	2025	2024
A vencer	481.370	421.483
Vencidos:	151.736	108.997
De 1 a 30 dias	15.924	5.714
De 31 a 60 dias	5.092	13.634
De 61 a 90 dias	2.338	567
De 91 a 180 dias	16.216	1.030
De 181 a 365 dias	18.236	19.969
Maior que 365 dias	93.930	68.083
	633.106	530.480

O aging é apresentado para fins de evidenciação do risco de crédito, com classificação em: a vencer e vencidos por faixas. Essa informação subsidia a mensuração da perda de crédito esperada conforme o CPC 48, em conjunto com condições atuais e informações prospectivas na data-base.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	69.847	147.263
Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 23)	87.709	5.467
Reversão da provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 23)	(30.603)	(82.883)
	126.953	69.847

O contas a receber é mensurado pelo prazo dos títulos, considerando o aging dos saldos, condições atuais e informações prospectivas. Quando identificados indícios específicos de risco de crédito, realiza-se avaliação individual. O efeito líquido (constituições, reversões e baixas) é apresentado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 23).

7. Valores a receber e a pagar convênios

A Prodesp, empresa pública do Estado de São Paulo e Companhia da administração pública indireta, foi qualificada como executora de programas governamentais financiados pelo Estado de São Paulo. Diante desta atribuição, recebe recursos para manutenção das atividades dos programas que não se caracterizam como acréscimos patrimoniais da Companhia. Os programas executados pela Prodesp, no exercício, são conforme seguem:

7.1. Poupatempo

Criado em 1997 pelo Decreto nº 41.761/97, o Programa Poupatempo possui como finalidade disponibilizar serviços e atendimento à população através de Postos de Serviços Atendimento inteiramente informatizados, objetivando concentrar em único espaço físico, a prestação de diversos serviços públicos, oferecendo ao cidadão, alto padrão de atendimento, com qualidade e eficiência.

O Programa é referência nacional e internacional em inovação e qualidade na prestação de serviços públicos e a Prodesp, desde a inauguração, é a responsável pela implantação, instalação, operação e adequado funcionamento dos postos e gestão dos recursos financeiros repassados pela Secretaria de Gestão e Governo Digital ("SGGD") por meio de convênio, com emissão de notas de débito para ressarcimento/reembolso de despesas referentes à contratação de apoio a execução do Programa.

Diante destas atribuições, considerando que tais transações não pressupõem benefício econômico que resulte no aumento de patrimônio líquido, os recursos financeiros recebidos não representam receitas da Prodesp, sendo controlados em contas patrimoniais do ativo e passivo com prestação de contas mensal à SGGD. Tendo em vista o processo como reembolso, não há incidência tributária.

Os saldos patrimoniais para execução do Programa Poupatempo foram os seguintes:

Continua ▶



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ: 62.577.929/0001-35
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	2025	2024
Ativo		
Caixas e equivalentes (Nota 5)	83.746	128.638
Valores a receber de convênios (a)	75.112	58.622
Total	158.858	187.260
Passivo		
Valores a pagar convênios	158.858	187.260
Total	158.858	187.260

(a) Valores a receber de convênios – contrapartida aos valores de fornecedores a pagar Poupatempo, oriundos de despesas referentes à instalação, operação e adequado funcionamento dos postos.

Os valores correspondentes a “Valores a pagar convênios” estão demonstrados ou descritos abaixo:

	2025	2024
Valores a pagar convênio Poupatempo (a)	75.112	58.622
Valores a pagar convênios (b)	83.746	128.638
Valores a pagar convênios	158.858	187.260

(a) Valores a pagar convênio Poupatempo: valores a pagar referente à aquisição de bens e serviços do convênio;

(b) Valores a pagar convênios: são registrados neste grupo as contrapartidas aos saldos não utilizados das: (i) transferências de recursos efetuadas pela SGGD para manutenção do programa Poupatempo, (ii) das receitas de exploração comercial, e (iii) receitas de aplicação financeira não utilizados para custeio de despesas do Programa.

Contingências do Programa Poupatempo

Além dos gastos com gerenciamento do Programa, existem processos trabalhistas e cíveis. Em caso de condenação, os pagamentos serão de responsabilidade da SGGD, desta forma, a Prodesp não registra provisões para estas contingências.

As exposições do programa Poupatempo são conforme segue:

	2025	2024
Processos trabalhistas		
Prováveis	25.158	27.506
Possíveis	23.528	20.850
Processos cíveis		
Prováveis	2.350	4.348
Possíveis	54.547	52.274

7.2. Bolsa do Povo (Decreto estadual nº 65.812/21)

Com início em julho de 2021, o Programa Bolsa do Povo foi criado com o objetivo de concentrar a gestão de benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, instituídos para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Estado de São Paulo.

Os recursos não transitavam no resultado da Prodesp, sendo registrados em contas patrimoniais do ativo e passivo com emissão de nota de débito conforme o plano de trabalho e prestação de contas mensal.

Os saldos patrimoniais para execução do Programa Bolsa do Povo em 31 de dezembro de 2024 eram os seguintes:

	2024
Ativo	
Caixas e equivalentes (Nota 5)	193.865
Total	193.865
Passivo	
Valores a pagar convênios	193.865
Total	193.865

Em virtude do encerramento do Convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDS e a Prodesp (Convênio SEDS nº 01/2022 - Termo 10) em 31 de dezembro de 2024, os recursos financeiros não utilizados nas ações do Programa foram revertidos para o Governo do Estado de São Paulo no primeiro trimestre de 2025.

8. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar estão demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e são compostos substancialmente por créditos tributários e encargos, atualizados periodicamente pela taxa Selic. A Prodesp recupera esses créditos por meio da compensação com outros débitos tributários a partir do momento em que são administrativamente habilitados para utilização.

Em 2025, em razão da imunidade tributária reconhecida pelo STF, a Companhia deixou de apurar IRPJ, mas os créditos existentes permanecem válidos e serão recuperados por meio de compensação ou restituição, conforme legislação aplicável.

	2025	2024
Imposto de renda	165.672	114.728
Contribuição social	897	256
Cofins	62.647	19.669
Pasep	14.237	4.453
INSS	-	140
Outros	185	136
	243.638	139.382
Circulante	210.899	125.940
Não circulante	32.739	13.442

Imposto de renda

A Companhia é imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (Nota 16). Em razão da imunidade, não há apuração de tributos sobre o lucro relativos ao IRPJ, e, consequentemente, não são reconhecidos despesas, créditos ou passivos de IRPJ corrente ou diferido, nos termos do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

O saldo de imposto de renda a recuperar corresponde substancialmente a créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre receitas da Companhia, totalizando R\$ 165.672 e R\$ 114.728 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Tais valores são integralmente compensáveis ou restituíveis, de acordo com a legislação fiscal aplicável.

O aumento do saldo de IRRF a recuperar em 2025 decorre do crescimento da receita e da ampliação das retenções efetuadas por clientes públicos, em razão da aplicação integral dos percentuais previstos na tabela da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, cuja abrangência foi estendida aos entes subnacionais pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023. Ao longo de 2024 e integralmente em 2025, diversos contratos passaram a sofrer retenção pelo percentual de 4,8%, em substituição a percentuais inferiores anteriormente praticados. Adicionalmente, em razão da imunidade ao IRPJ, tais valores não puderam ser compensados no próprio exercício, contribuindo para a elevação do saldo de créditos a recuperar.

A utilização dos créditos de IRRF observará os procedimentos fiscais aplicáveis, incluindo a entrega da declaração fiscal anual (Escrituração Contábil Fiscal - "ECF") referente ao exercício. Após a entrega da ECF correspondente ao ano-calendário de 2025, tais créditos poderão ser objeto de compensação ou restituição, conforme previsão legal e os critérios de reconhecimento estabelecidos no CPC 32.

A Companhia mantém ainda pedidos administrativos de restituição/compensação relacionados a tributos sobre a renda pagos ou retidos em períodos anteriores, que permanecem em análise pela autoridade fiscal. Esses valores serão reconhecidos contabilmente quando atendidos os critérios de reconhecimento previstos no CPC 32.

Pasep e Cofins

Os saldos de Pasep e Cofins a recuperar correspondem, substancialmente, a créditos sobre gastos com investimentos relacionados a projetos capitalizados como ativos intangíveis, totalizando R\$ 14.237 e R\$ 62.647 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

Tais créditos são passíveis de aproveitamento de forma parcelada, a partir da entrada em operação do respectivo ativo. Dessa forma, embora o crédito seja integralmente constituído no momento da ativação, sua realização ocorre de maneira gradual ao longo do período de amortização dos intangíveis e nos termos da legislação aplicável.

O aumento do saldo de Pasep e Cofins a recuperar em 2025 está diretamente relacionado à ampliação do volume de investimentos capitalizados no exercício, especialmente em projetos de desenvolvimento de sistemas, automação de processos e soluções tecnológicas, conforme detalhado na Nota 12.3 - Projetos e natureza dos investimentos capitalizados.

9. Despesas antecipadas

A Companhia classifica como despesas antecipadas as aquisições de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação ("TIC") destinadas aos clientes e os pagamentos antecipados a título de SaaS realizados por meio de acordos operacionais com grandes empresas de tecnologia.

Os saldos dessas despesas são apresentados conforme segue:

	2025	2024
Fornecimento de licenças (a)	64.393	19.359
Segurança cibernética (Cyber Security) (b)	457.282	200.710
Licenças de alta plataforma (c)	119.512	51.110
Outros	2.581	-
	643.768	271.179
Circulante	473.886	241.663
Não circulante	169.882	29.516

(a) Serviços de licenças de uso de softwares e sistemas de diversos fabricantes e fornecedores para os clientes Prodesp. Esse serviço também inclui serviços de instalação, configuração, atualização, manutenção e suporte desses softwares e sistemas;

(b) Serviços que visam proteger os sistemas, as redes, os dados e as informações da Prodesp e de seus clientes contra ataques cibernéticos, como vírus, *hackers*, *phishing*, *ransomware*, entre outros.

A variação do saldo decorre de características contratuais plurianuais e da ampliação do escopo/nível de serviço dos programas de proteção, monitoramento e resposta a incidentes. Em arranjos de nuvem/SaaS, o direito de acesso aos serviços é consumido ao longo do prazo contratual; quando há contraprestações adiantadas por períodos extensos de cobertura, o valor permanece no ativo como despesa antecipada e é apropriado ao resultado de maneira sistemática ao longo do período de prestação, em linha com as práticas IFRS aplicáveis a cloud/SaaS (serviço, e não ativo de software do cliente). O aumento observado ao final de 2025 reflete o ciclo plurianual de renovação/expansão desses serviços e maior abrangência e níveis de proteção contratados, resultando em saldo superior ao de 2024.

Classificação entre circulante e não circulante. A segregação é determinada pelo prazo remanescente de consumo dos serviços, refletindo a parcela que será apropriada ao resultado nos 12 meses subsequentes (circulante) e a parcela remanescente (não circulante), conforme apresentação e divulgação requeridas pelas IFRS para *prepayments*.

(c) Serviços de licenças de uso de softwares e sistemas específicos para a alta plataforma da Prodesp, que é composta por computadores de grande porte e alta performance (*mainframes*). Esses computadores são capazes de processar grandes volumes de dados e transações, com alta velocidade e segurança. Permitem que a Prodesp e seus clientes possam usar os *mainframes* de forma eficiente e confiável.

Acordos operacionais

Para obter as melhores tecnologias disponíveis no mercado, a Prodesp mantém acordos firmados com grandes empresas do mercado de tecnologia, obtendo descontos significativos e agilizando as contratações de licenças de uso, serviços de suporte e treinamentos técnicos dos programas de software. Em virtude desses acordos e das negociações de condições comerciais favoráveis, a Companhia, por vezes, antecipa pagamentos, gerando despesas antecipadas.

Em 2025, a Companhia intensificou investimentos em segurança cibernética e soluções SaaS, refletindo a estratégia de proteção e modernização tecnológica.

10. Ativos não circulantes mantidos para venda

	2025	2024
Imobilizado		
Edifícios	-	2.994
Terrenos	-	2.884
Instalações	-	2.244
Outros ativos	-	1.732
	-	9.854

Durante o exercício de 2023, como parte da busca contínua pela eficiência operacional e pela maximização dos recursos da Prodesp, a Administração reorganizou as estruturas físicas da Companhia migrando os postos de trabalho da unidade Mooca para a sede em Taboão da Serra, assim, decidiu encerrar as atividades operacionais e administrativas na unidade Mooca e, após aprovação do Conselho de Administração em reunião no dia 17 de novembro de 2023, iniciou os procedimentos para alienação do imóvel. A desocupação e venda do imóvel proporciona à Prodesp uma economia de R\$ 10 milhões por ano, que deixa de ser gastos na manutenção do conjunto imobiliário, além disto, evita gastos estimados em R\$ 70 milhões na estrutura predial, necessários devido a deterioração do prédio pelo tempo de uso.

Em dezembro de 2023, o imóvel foi reclassificado para “ativo não circulante mantido para venda”, conforme CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, e os processos de depreciação foram cessados.

Em novembro de 2025, a Companhia concluiu a venda do imóvel da Mooca por R\$150 milhões.

Em 31 de dezembro de 2025, não existem ativos classificados como mantidos para venda. Informações adicionais sobre a venda, os efeitos no resultado e a movimentação do ativo estão apresentadas na Nota 11 - Imobilizado e na Nota 22 - Resultado com baixa de ativos imobilizado.

Continua ►



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ: 62.577.929/0001-35
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025

11. Imobilizado

Os saldos patrimoniais e movimentações do imobilizado foram as seguintes:

a. Saldos patrimoniais:

	Tx. anual de depreciação	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máq. e equipamentos	20%	671.990	(564.442)	107.548	665.266	(509.552)	155.714
Instalações	10%	98.772	(75.606)	23.166	97.336	(69.664)	27.672
Móveis e utensílios	10%	50.047	(37.149)	12.898	48.249	(34.873)	13.376
Benfeitorias	4%	70.812	(66.769)	4.043	70.812	(66.177)	4.635
Edifícios	4%	29.994	(24.398)	5.596	24.796	(24.294)	502
Terrenos		3.257	-	3.257	3.257	-	3.257
Total		924.872	(768.364)	156.508	909.716	(704.560)	205.156

b. Movimentação

	2024	Aquisição	Baixas Transferências	Depreciação	2025
Máq. e equipamentos	155.714	8.241	(1.517)	(54.890)	107.548
Instalações	27.672	1.436	-	(5.942)	23.166
Móveis e utensílios	13.376	2.006	(208)	(2.276)	12.898
Benfeitorias	4.635	-	-	(592)	4.043
Edifícios	502	5.198	-	(104)	5.596
Terrenos	3.257	-	-	-	3.257
Total	205.156	16.881	(1.725)	(63.804)	156.508

	2023	Aquisição	Baixas	Depreciação	Trans. para ativo mantido para venda	2024
Máq. e equipamentos (a)	111.033	91.141	(13.223)	(33.222)	(15)	155.714
Instalações	19.603	16.849	(2.634)	(6.146)	-	27.672
Móveis e utensílios	16.936	1.469	(2.156)	(1.157)	(1.716)	13.376
Benfeitorias	5.239	-	-	(604)	-	4.635
Edifícios	528	4	(2)	(28)	-	502
Terrenos	3.257	-	-	-	-	3.257
Total	156.596	109.463	(18.015)	(41.157)	(1.731)	205.156

(a) Em 2024, o valor total de aquisição de máquinas e equipamentos incluiu R\$ 40.733 referentes ao mainframe utilizado na modernização do Data Center, conforme Nota 14.

Em 2025, os saldos do imobilizado refletem o ciclo natural de depreciação dos ativos e o menor volume de aquisições em comparação ao exercício anterior. No final de 2024, o saldo do grupo de máquinas e equipamentos estava impactado pela aquisição do mainframe, cujos efeitos passaram a ser reconhecidos integralmente na depreciação ao longo de 2025, conforme previsto no CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Além da depreciação desse equipamento, o exercício apresentou baixas pontuais de itens obsoletos. Não houve novos investimentos relevantes em infraestrutura física que alterassem de forma significativa a composição do imobilizado.

A Companhia avaliou a existência de indícios de desvalorização e concluiu que não houve evidências que indicassem necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável ou revisão das vidas úteis dos ativos em 31 de dezembro de 2025.

12. Intangível

Os saldos patrimoniais e movimentações do intangível foram as seguintes:

12.1. Saldos patrimoniais

	2025			2024		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	1.100.461	(532.574)	567.887	712.426	(409.013)	303.413
Total	1.100.461	(532.574)	567.887	712.426	(409.013)	303.413

12.2. Movimentação

As amortizações são registradas de acordo com a vida útil de 2 a 5 anos.

	2024	Aquisições	Baixas	Amortização	2025
Software	303.413	388.057	(22)	(123.561)	567.887
Total	303.413	388.057	(22)	(123.561)	567.887

	2023	Aquisições	Baixas	Amortização	2024
Software	104.863	277.235	(5.306)	(73.379)	303.413
Total	104.863	277.235	(5.306)	(73.379)	303.413

12.3. Projetos e natureza dos investimentos capitalizados

Em 2025, a Companhia deu continuidade à política de capitalização de projetos estratégicos iniciada em 2024, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 04 - Ativo Intangível, considerando os custos relacionados às atividades de desenvolvimento, criação de novos componentes e aprimoramentos funcionais que atendem aos requisitos de identificação de benefícios futuros e mensuração confiável.

Os investimentos concentraram-se em três grupos de iniciativas:

(a) Sistemas corporativos, plataformas de atendimento e aplicações de uso compartilhado

Compreendem desenvolvimentos relacionados à evolução de sistemas utilizados por diferentes áreas atendidas pela Companhia, com criação de módulos, melhorias funcionais e integrações necessárias ao atendimento das demandas operacionais e administrativas.

(b) Automação de processos e soluções digitais

Compreendem projetos voltados ao desenvolvimento de fluxos automatizados, aplicações associadas à hiperautomação e evoluções em sistemas que operam em ambiente de nuvem (SaaS). Os custos capitalizados referem-se a atividades de desenvolvimento que resultam em novas funcionalidades ou ampliação da capacidade dos sistemas utilizados.

(c) Identidade digital, biometria e segurança da informação

Incluem desenvolvimentos relacionados ao Motor Biométrico, sistemas de autenticação e aplica-

ções utilizadas em contextos que demandam verificação de identidade. Incluem também funcionalidades vinculadas a iniciativas de cibersegurança, desde que relacionadas ao desenvolvimento de novos componentes tecnológicos.

Os investimentos realizados compõem o portfólio de ativos intangíveis utilizados nas soluções tecnológicas disponibilizadas aos clientes atendidos pela Companhia.

12.4. Vida útil, redução ao valor recuperável e outros aspectos

Não foram identificados, em 31 de dezembro de 2025, indícios de desvalorização ou necessidade de alteração das vidas úteis praticadas. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

13. Fornecedores

A Prodesp registra em fornecedores valores a pagar decorrente de aquisições de bens e serviços. Os passivos registrados são apresentados conforme segue:

	2025	2024
Circulante	982.696	550.682
Não circulante	2.120	4.044
Total	984.816	554.726

14. Arrendamentos

A Companhia reconhece ativos e passivos de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, para contratos que transferem o direito de uso de ativos por determinado período mediante contraprestação.

A Companhia celebrou contrato de arrendamento para a aquisição de mainframe destinado à modernização do Data Center. A taxa de juros pactuada foi de CDI + 1,09% ao ano. Os pagamentos do contrato foram iniciados em 2025 e seguirão até dezembro de 2026. No período de janeiro a dezembro de 2025, os desembolsos totalizaram R\$ 20.105.

a. Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

Os saldos relacionados aos arrendamentos estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Ativo de direito de uso (imobilizado)		
Máquinas e equipamentos	32.587	40.733
Arrendamentos		
Passivo Circulante	24.542	21.671
Passivo Não circulante	-	19.062

b. Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

O reconhecimento das despesas com arrendamentos teve início no primeiro trimestre de 2025. Até 31 de dezembro de 2025, totalizaram R\$ 3.914 em despesas financeiras e R\$ 8.147 em depreciação. Não houve impacto na demonstração do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia utilizou a taxa de desconto definida no próprio contrato de arrendamento (CDI + 1,09% a.a.) para mensurar inicialmente o passivo de arrendamento. Essa taxa reflete as condições negociadas entre as partes.

Diferentemente de situações em que seria necessário estimar a taxa incremental de financiamento com base em estimativas de mercado, a taxa contratual já incorpora os termos acordados com a contraparte, sendo considerada apropriada para fins de mensuração inicial conforme o CPC 06 (R2).

A Companhia não possui outros arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor. Em 2025, não foram firmados novos contratos de arrendamento além do mencionado acima.

15. Salários e encargos sociais

	2025	2024
Férias	54.255	51.329
Programa de participação nos resultados (PPR)	24.494	22.161
INSS	8.669	8.424
FGTS	2.930	2.367
Total	90.348	84.281

16. Obrigações fiscais

	2025	2024
Cofins diferido (a)	20.955	13.526
Cofins a pagar	10.966	14.810
ISS	9.699	11.299
Pasep diferido (a)	4.634	2.936
INSS retido na fonte	7.490	4.760
IRRF	10.470	10.576
Pasep a pagar	2.381	3.207
CSLL	10.549	4.867
Outros tributos	2.174	1.815
Total	79.318	67.796

(a) A Prodesp em conformidade com a Lei nº 10.833/03, passou a postergar (diferir) o pagamento de Pasep e Cofins incidentes sobre receitas auferidas contra pessoa jurídica de direito público, com isto, o recolhimento do Pasep e Cofins passa a ser exigido no recebimento.

Imunidade tributária

Em 17 de fevereiro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Cível Originária nº 3.664/SP, reconheceu o direito da Prodesp à imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal. O trânsito em julgado da decisão ocorreu em maio de 2025.

Em decorrência da decisão, a Companhia passou a ser imune ao IRPJ (Nota 25). Assim, não há apuração de IRPJ corrente ou diferido, em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Determinados pagamentos efetuados por clientes permanecem sujeitos à retenção de IRRF, cujos valores são registrados como tributos a recuperar (Nota 8).

A imunidade tributária não se aplica à CSLL, que continua sendo apurada normalmente.

A Companhia mantém pedidos administrativos de restituição e compensação relacionados a tributos sobre a renda pagos ou retidos em períodos anteriores. Tais pedidos permanecem em análise pela autoridade fiscal e serão reconhecidos contabilmente apenas quando atendidos os critérios de reconhecimento previstos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Impactos da reforma tributária

A partir de 1º de janeiro de 2026 inicia o período de transição do novo modelo de tributação sobre consumo, denominado IVA-dual, instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023. O modelo IVA-dual (Imposto sobre Valor Adicionado dual) consiste na criação de dois tributos não cumulativos, um federal e outro subnacional, que substituirão progressivamente os atuais tributos sobre consumo.

Continua ▶



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ: 62.577.929/0001-35
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Esses dois tributos são:

- Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), tributo federal que substituirá Pis e Cofins;
- Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), tributo compartilhado entre Estados e Municípios que substituirá ICMS e ISS.

Durante 2026, será exigido apenas o destaque simbólico das alíquotas de teste (0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS) nos documentos fiscais eletrônicos, sem impacto financeiro direto. Conforme a regulamentação vigente, as empresas que cumprirem essas obrigações acessórias, incluindo o destaque nos documentos fiscais e a escrituração digital, ficam dispensadas do recolhimento da CBS e do IBS em 2026. Caso haja eventual recolhimento, os valores poderão ser compensados com débitos de Pis/Cofins, conforme previsto na legislação tributária aplicável.

A Prodesp iniciou os ajustes necessários em seus sistemas de faturamento, integrações e controles fiscais para atendimento aos novos leiautes de nota fiscal eletrônica (NF-e, NFS-e e obrigações acessórias (SPED), e a Administração monitora os desdobramentos regulatórios e eventuais impactos futuros sobre contratos, operações e conformidade fiscal.

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (Pis, Cofins, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais substitutos e mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o Pis e Cofins. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e
- Manutenção restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSLL, Pis, Cofins, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Prodesp avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas

A Companhia parametrizou os sistemas fiscais e de faturamento para destacar IBS e CBS nos documentos fiscais eletrônicos a partir de 1º de janeiro de 2026 (fase de destacamento simbólico). Antes da implementação, foram executados procedimentos de validação funcional e fiscal (incluindo verificação de leiautes e regras de cálculo) para assegurar a conformidade operacional.

A Companhia acompanha as regulamentações relacionadas ao tratamento dos benefícios fiscais no contexto da Reforma Tributária (EC 132/2023), incluindo futuras obrigações declarativas em ambiente e-CAC associadas à comprovação de onerosidade e ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Atualmente, a Companhia não possui benefícios fiscais enquadrados nas condições que exigem tal reporte.

A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

17. Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos ajuizados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas e cíveis no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos trabalhistas e cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo de que o andamento processual depende de fatores externos, fora do controle da Companhia.

	2024	Adições	Baixas/Reversões	Atualização monetária	Depósitos judiciais	2025
Trabalhistas	33.242	3.355	(3.966)	3.985	(3.042)	33.574
Cíveis	7.897	36	(9)	430	(1.189)	7.165
Total	41.139	3.391	(3.975)	4.415	(4.231)	40.739

	2023	Adições	Baixas/Reversões	Atualização monetária	2024
Trabalhistas	23.208	7.600	(9.062)	11.496	33.242
Cíveis	14.387	611	(7.987)	886	7.897
Total	37.595	8.211	(17.049)	12.382	41.139

Processos trabalhistas

As ações trabalhistas quando iniciadas são consideradas com probabilidade de perda possível. Foram criados critérios de provisionamento dos processos conforme a fase (processo novo, decisões de mérito e execução), as ações são reclassificadas com probabilidade de perda provável, possível ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. As ações trabalhistas propostas por empregados atuais e desligados da Prodesp, bem como de suas prestadoras de serviços, correspondem à discussão de inúmeras verbas, tais como: diferenças salariais e de horas extras; equiparação salarial; reintegração; plano de saúde; doença ocupacional, multas normativas; e benefícios previstos em convenções coletivas, dentre outras.

Passivos contingentes cuja probabilidade de perda é avaliada como possível

A Companhia possui contingências judiciais cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração da Companhia e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2025, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizaram R\$ 200.571 (R\$ 185.018 em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Trabalhistas	59.661	59.955
Cíveis e tributárias	140.910	125.063
Total	200.571	185.018

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 744.841 em 31 de dezembro de 2025 e em 2024.

Em 23 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do valor do capital social em R\$ 76.609.

Em 2 de julho de 2024, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) doou para a Prodesp 14 ações ordinárias, com valor patrimonial de R\$ 890,73 (oitocentos e noventa reais e setenta e três centavos) em 31 de dezembro de 2023, em decorrência de seu processo de privatização. As ações foram registradas no livro de transferências da Prodesp como ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2025, a posição acionária da Companhia é composta conforme segue:

Acionista	Quantidade de ações	Percentual de participação
Acionista controlador	12.410.805	99,74%
Estado de São Paulo	12.410.805	99,74%
Acionistas minoritários	32.378	0,26%
São Paulo Previdência (SPPREV)	32.363	0,26%
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)	14	0,00%
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)	1	0,00%
Ações em tesouraria	38	0,00%
Total	12.443.221	100,00%

18.2. Reserva legal

Consiste na razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício até o limite de 20% do capital social e a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social, nos termos do artigo 193 caput e § 1º da Lei Federal nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital ou compensar prejuízos, porém não poderá ser utilizada para distribuição de dividendos.

O saldo da reserva legal é de R\$ 20.037 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 15.784 em 31 de dezembro de 2024.

18.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 23 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição de lucros do exercício 2024 no montante de R\$ 24.049 na forma de juros sobre capital próprio ("JCP").

O item 5 da Política de Dividendos, disponível no site da Prodesp, bem como, o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei.

A Prodesp prioriza a distribuição de lucros sob a forma de juros sobre capital próprio para utilização de benefício fiscal, conforme artigo 9º da Lei Federal nº 9.249/95. Os JCP são pagos após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. Em 2025, a Companhia registrou o montante de R\$ 20.204 referente a juros sobre capital próprio.

A movimentação das distribuições de lucros ocorridas em 2025 e 2024 é conforme segue:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	24.049	41.637
Distribuições propostas:		
Juros sobre o capital próprio	20.204	24.049
Lucros distribuídos:		
(-) JCP e dividendos pagos de exercício anterior	(24.049)	(41.637)
Total	20.204	24.049

A legislação fiscal permite que as companhias procedam o pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratando-os como despesa dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Desta forma, em 2025, os tributos foram reduzidos em R\$ 1.818 (R\$ 8.177 em 2024). Em 2025, o benefício fiscal foi menor devido ao reconhecimento da imunidade de IRPJ, a dedutibilidade do JCP passou a reduzir apenas a base da CSLL (9%), e não mais a base do IRPJ.

19. Receita operacional líquida

Prestação de serviços substancialmente para os clientes da Administração Direta e Indireta. Evidenciados abaixo pela receita bruta e suas respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na demonstração de resultado da Companhia:

	2025	2024
Receitas		
Cibersegurança e hiperautomação	876.451	735.115
Desenvolvimento e manutenção de <i>software</i>	937.209	688.335
<i>Outsourcing</i> TIC	414.820	374.222
Processamento de dados de alta plataforma <i>Multicloud</i>	307.360	216.566
Serviços de postagem	231.692	204.011
Diário Oficial	92.946	104.885
Digitalização de documentos	76.066	90.529
Outras receitas	25.003	27.469
	179.047	120.430
Total	3.140.594	2.561.562
Deduções		
Cofins	(235.576)	(189.125)
Pasep	(51.115)	(41.060)
ISS	(62.088)	(52.843)
Descontos e cancelamentos	(85.177)	(46.900)
Total	(433.956)	(329.928)
Total	2.706.638	2.231.634

Em 2025, a Prodesp manteve o avanço nas iniciativas de transformação digital e modernização dos serviços públicos. Nesse contexto, destacaram-se os serviços de cibersegurança e hiperautomação, que representaram parcela significativa da receita, refletindo a prioridade do Governo do Estado de São Paulo em segurança da informação e automação de processos, bem como ampliou a oferta de serviços em ambiente *multicloud*.

Continua ▶



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ: 62.577.929/0001-35
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025

20. Custo dos serviços prestados

	2025	2024
Atualização e subscrição de software	(931.227)	(724.547)
Serviços de terceiros e desenvolvedores	(776.361)	(701.419)
Custos com pessoal		
Salários	(194.934)	(186.716)
Encargos sociais	(125.148)	(120.615)
Benefícios	(60.788)	(62.480)
Outros custos com pessoal	(20.029)	(17.775)
Depreciação e amortização	(172.664)	(115.030)
Locação e manutenção de equipamentos	(26.725)	(11.717)
Outros custos	(11.148)	(7.234)
	(2.319.024)	(1.947.533)

Os custos dos serviços prestados refletem, principalmente, assinaturas e atualizações de software (incluindo soluções em nuvem e SaaS), contratação de serviços técnicos especializados, mão de obra direta, depreciação e amortização de ativos utilizados na operação, bem como despesas relacionadas à manutenção de plataformas tecnológicas empregadas na prestação de serviços aos clientes. O comportamento das rubricas acompanha o ritmo de execução dos projetos no exercício, abrangendo iniciativas de desenvolvimento, serviços em ambiente de nuvem, SaaS e o suporte de fornecedores especializados às soluções mantidas pela Companhia.

Principais variações no exercício

• Atualização e subscrição de software

A variação nesta rubrica reflete, sobretudo, a ampliação do uso de soluções tecnológicas, incluindo maior quantidade de módulos contratados, incremento de capacidade, expansão de ambientes, atualizações de versões e exigências crescentes de desempenho, segurança e disponibilidade associados ao aumento do volume de projetos e serviços prestados. Esses efeitos resultaram em maior nível de desembolso recorrente para garantir a continuidade operacional e a escalabilidade das plataformas.

• Depreciação e amortização

O aumento observado decorre, principalmente, do início da amortização e depreciação de ativos que entraram em operação no exercício, oriundos do ciclo de investimentos realizado anteriormente. A entrada em uso de novos componentes de software, infraestrutura e melhorias tecnológicas elevou o montante apropriado nesta rubrica em 2025.

21. Despesas com vendas, gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal		
Salários	(89.685)	(83.785)
Encargos sociais	(53.891)	(51.791)
Benefícios e outros	(43.099)	(41.107)
Serviços de terceiros	(50.698)	(20.295)
Depreciação e amortização	(9.016)	(6.619)
Licenças de software	(12.226)	(2.560)
Outras despesas	(15.693)	(15.105)
	(274.308)	(221.262)

As despesas administrativas referem-se, principalmente, a pessoal, serviços de terceiros, licenças de software, aluguel, utilidades e demais gastos necessários ao funcionamento da Companhia.

O crescimento observado nas rubricas "Serviços de terceiros" e "Licenças de software", apresentadas em despesas com vendas, gerais e administrativas, está associado à estruturação de iniciativas comerciais (incluindo times multifuncionais dedicados a relacionamento, prospecção e suporte a contratos), bem como à maior contratação de serviços especializados para sustentar novos processos e sistemas corporativos e à expansão do parque de licenças vinculadas a tais iniciativas.

22. Resultado com baixa de ativos imobilizado

A Prodesp registra no grupo de resultado com baixa de ativos imobilizado os ganhos ou perdas de transações que não constituam as atividades ordinárias da Companhia, ou seja, engloba os resultados das atividades acessórias ao objeto social. Em 2025, esse grupo foi impactado, principalmente, pela alienação do imóvel da Mooca, conforme segue:

	2025	2024
Alienação do imóvel da Mooca		
Receita de alienação (a)	167.875	-
(-) Ajuste a valor presente (AVP) inicial (b)	(86.209)	-
(-) Baixa de valor contábil residual (c)	(9.854)	-
Resultado líquido da operação	71.812	-
Outras receitas (despesas)	2.493	1.590
	74.305	1.590

(a) Alienação do imóvel Mooca

Em 31 de julho de 2025, a Companhia firmou Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra referente ao complexo imobiliário situado na Rua da Mooca, São Paulo - SP. O valor nominal contratual é de R\$ 150.000, com pagamento parcelado (com entrada de R\$ 7.500, duas parcelas intermediárias de R\$ 7.500 cada, 48 parcelas mensais de R\$ 2.656 e corrigidas pelo IPCA.

A primeira parcela foi recebida em 25 de novembro de 2025, e as parcelas vindencidas permanecem registradas em Contas a Receber (Nota 6), segregadas entre circulante e não circulante.

Para fins de reconhecimento contábil da alienação, a Companhia mensurou a contraprestação com base nos princípios do CPC 47 (Determinação do preço da transação) aplicáveis às variáveis e ao componente de financiamento significativo. O valor reconhecido como "Receita de alienação" reflete a contraprestação medida conforme o contrato e as normas contábeis vigentes, incluindo a atualização monetária projetada pelo IPCA, resultando em R\$ 167.875.

Os recebíveis decorrentes da alienação foram reconhecidos como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, pois seus fluxos de caixa são exclusivamente principal e juros (*Solely Payment of Principal and Interest* - "SPPI") e o modelo de negócio visa receber fluxos contratuais (Nota 6).

Custos diretamente atribuíveis à venda, como taxas e despesas incrementais, foram deduzidos do resultado da operação, em conformidade com o CPC 31 e o CPC 27.

(b) Ajuste a valor presente (AVP)

O efeito inicial do AVP reflete o montante das parcelas vincendas que foram ajustadas a valor presente na data da transação, em conformidade com o CPC 12 (R1) e considerando o componente de financiamento significativo previsto no contrato, conforme diretrizes do CPC 47. Esse ajuste reduziu a receita inicial reconhecida, conforme evidenciado na nota.

Os encargos financeiros decorrentes da apropriação do desconto serão reconhecidos ao longo do prazo pelo método da taxa efetiva, compondo o resultado financeiro, até a liquidação integral das parcelas.

(c) Baixa de valor contábil residual

Na data em que foram cumpridas integralmente as obrigações contratuais de entrega do imóvel, a Companhia baixou o saldo do grupo de ativos mantido para venda (Nota 10) e reconheceu o resultado líquido da operação. A baixa ocorreu após o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

23. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

A Prodesp registra no grupo de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas os ganhos ou perdas de transações que não constituem as atividades ordinárias da Companhia. Esse grupo inclui, entre outros, os efeitos da provisão para perdas de crédito esperadas (CPC 48), baixas de créditos não recuperáveis e demais itens de natureza operacional não recorrente:

	2025	2024
Reversão (provisão) para perda de crédito esperadas (a)	(57.106)	77.416
Baixa de títulos incobráveis (write-off) (b)	(26.288)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3.174	(8.676)
	(80.220)	68.740

(a) A mensuração da perda de crédito esperada (CPC 48) considera principalmente o aging dos saldos, bem como informações atuais e prospectivas razoáveis e suportáveis na data-base. Quando existirem indícios específicos de risco (por exemplo, disputa, evidências de insolvência ou restrições orçamentárias do contratante), determinados títulos são avaliados individualmente, independentemente do tempo de vencimento.

Nesse contexto, títulos vencidos há mais de 365 dias integram a faixa de maior risco no aging e, quando aplicável, podem ser objeto de avaliação individual.

Em 2025, o valor reconhecido inclui efeitos sobre recebíveis emitidos em 2024 e, quando necessária avaliação individual por critério de risco, recebíveis de 2025 (Nota 6).

(b) As baixas refletiram créditos que atendiam aos critérios de baixa estabelecidos pelo CPC 48 por ausência de expectativa de recuperação. Nessas situações, quando se esgotam todas as expectativas de recuperação, o crédito é baixado diretamente contra resultado, independentemente de sua inclusão prévia na provisão para perdas de crédito esperadas.

24. Resultado financeiro líquido

	2025	2023
Rendimento de aplicação financeira	15.563	16.362
Receita de juros de ajuste a valor presente	1.896	-
Receita de juros e correção monetária	1.209	10.534
	18.668	26.896
Variações monetárias passivas sobre contingências	(4.415)	(12.382)
Juros com arrendamento (Nota 14)	(3.914)	-
Juros e descontos financeiros	(1.315)	(94)
	(9.644)	(12.476)
	9.024	14.420

25. Imposto de renda e contribuição social

Em maio de 2025, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da ACO nº 3.664/SP, reconhecendo à Companhia a imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal. A decisão transitou em julgado no mesmo mês e passou a produzir efeitos imediatos, eliminando a incidência de IRPJ a partir dessa data.

Como consequência, não há despesa de IRPJ registrada no exercício de 2025, e os ativos fiscais diferidos relacionados ao imposto foram integralmente baixados. A CSLL, por não estar abrangida pela imunidade, continua sendo apurada normalmente. A reconciliação da despesa tributária reflete apenas os efeitos da CSLL e outros ajustes permanentes aplicáveis.

Em razão dessa decisão, todos os ativos fiscais diferidos relacionados ao IRPJ foram baixados no exercício, e a reconciliação da despesa tributária reflete exclusivamente os efeitos da CSLL.

25.1. Reconciliação do efeito de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

Os valores registrados como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido nas demonstrações financeiras estão constituídos sobre o lucro tributável de acordo com legislação vigente, sendo calculados com base nas alíquotas nominais de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	116.415	147.589
Impostos às alíquotas normais:		
Imposto de renda (25%)	-	(36.897)
Contribuição social (9%)	(10.477)	(13.283)
	(10.477)	(50.180)
Diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	1.818	8.177
Despesas indedutíveis	(1.797)	(1.165)
Reavaliação da recuperabilidade de ativos fiscais diferidos	-	(50.069)
Efeitos de benefícios fiscais - Lei do Bem	-	47.921
Imunidade tributária - Baixa de IRPJ Diferidos	(18.373)	-
Exclusão de pagamentos de arrendamento	1.809	-
Outras	(4.327)	(1.015)
Imposto de renda e contribuição social	(31.347)	(46.331)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.021)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.326)	(46.331)
	(31.347)	(46.331)

Alíquota efetiva	27%	31%
------------------	-----	-----

A decisão do Supremo Tribunal Federal transitou em julgado em maio de 2025, produzindo efeitos a partir dessa data. Dessa forma, a Companhia deixou de estar sujeita ao IRPJ somente a partir de maio de 2025, mantendo-se inalterada a apuração do imposto relativa ao exercício de 2024.

25.2. Composição e movimentação do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças tributáveis, ou seja, diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor do ativo for recuperado.

Os impostos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e são compostos conforme segue:

Continua ▶



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

	Demonstração do resultado			2025
	2024	Reconhecimento CSLL	Imunidade tributária	
Provisão para desvalorização de investimentos	964		(709)	255
Provisão para pagamento de participação nos lucros	7.535	209	(5.540)	2.204
Contingências	13.987	345	(10.285)	4.047
Receita reconhecida CPC 47 (a)	-	622	-	622
Imóvel Mooca - CSLL Diferida	-	(6.846)	-	(6.846)
Outros	2.501	(283)	(1.839)	379
Ativo fiscal diferido	24.987	(5.953)	(18.373)	661

Em decorrência da imunidade tributária reconhecida pelo STF, todos os ativos fiscais diferidos relacionados ao IRPJ foram integralmente revertidos ao resultado do exercício. Permanecem registrados apenas os ativos fiscais diferidos relativos à CSLL, cuja recuperabilidade foi avaliada pela Administração com base em projeções de lucros tributáveis futuros.

(a) A Prodesp reconhece suas receitas com base no valor que espera receber em contrapartida pelos serviços prestados e registra tributos diferidos sobre a diferença entre a receita calculada de acordo com a legislação tributária e a receita mensurada conforme as diretrizes do CPC 47.

	2023	Demonstração do resultado	2024
Provisão para perda de crédito esperada	50.069	(50.069)	-
Provisão para desvalorização de investimentos	964	-	964
Provisão para pagamento de participação nos lucros	6.076	1.459	7.535
Contingências	12.782	1.205	13.987
Outros	1.427	1.074	2.501
Ativo fiscal diferido	71.318	(46.331)	24.987

25.3. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Prodesp, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O total de ações da Companhia é de 12.443.221 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizadas (Nota 18.1).

A Prodesp não possui itens com efeitos potenciais de conversões de instrumentos ou direitos em ações que possam alterar a remuneração por ações dos atuais detentores, assim, o resultado diluído por ação é o mesmo do resultado básico por ação. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	85.068	101.258
Média ponderada da quantidade de ações	12.443.221	12.443.221
Lucro básico e diluído por lote de mil de ações	6,84	8,14

26. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item 2 da sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16.

26.1. Saldos a receber e a pagar

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados nas rubricas "Contas a receber de clientes" e "Valores a receber convênios" do balanço patrimonial e nas Notas 6 e 7 deste documento.

	2025	2024
Administração direta	234.719	377.398
Administração indireta	128.300	95.277
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 6)	363.019	472.675
Provisão para perdas de crédito esperadas	(119.854)	(64.554)
Contas a receber de partes relacionadas, líquidas	243.165	408.121
Valores a receber convênios - Poupatempo (Nota 7.1)	75.112	58.622
Saldo a receber de partes relacionadas	318.277	466.743
Valores a pagar convênios - Poupatempo (Nota 7.1)	83.746	128.638
Valores a pagar convênios - Bolsa do Povo (Nota 7.2)	-	193.865
Saldo a pagar para partes relacionadas	83.746	322.503

26.2. Serviços prestados para partes relacionadas

	2025	2024
Administração direta	1.972.180	2.038.021
Administração indireta	293.822	81.272
Total	2.266.002	2.119.293

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Prodesp para o Exercício de 2025

1. Introdução

O presente relatório registra as atividades do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) em 2025. O CAE é um órgão permanente vinculado ao Conselho de Administração (CA) da Prodesp, composto por cinco membros independentes. Todos os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto Estadual nº 62.349/2016.

1.1 Finalidade

As atribuições do CAE são definidas pela Lei nº 13.303/2016, Decreto Estadual nº 62.349/2016, Estatuto Social da Prodesp e Regimento Interno do CAE. O Comitê de Auditoria Estatutário assessorou o CA nos seguintes assuntos:

- Elaboração e monitoramento das demonstrações financeiras.
- Atividades das auditorias interna e independente.
- Gestão de riscos, controle interno e integridade.
- Relações com partes relacionadas.

- Sistemas de transparência, ouvidoria e denúncias.

Os membros do CAE não atuam como auditores ou contadores. A responsabilidade pela integridade das demonstrações financeiras é dos administradores e auditores independentes.

2. Desenvolvimento

O Plano de Trabalho do CAE, aprovado pelo CA em 20/12/2024, balizou sua atuação no exercício de 2025 no sentido de cumprir suas atribuições legais, ocasiões em que se reuniu com diversas áreas de negócio da empresa. Os trabalhos realizados, que cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê, foram registrados nas atas de suas reuniões, nas atas do CA, ou dos Órgãos Colegiados junto aos quais se reuniram.

Nas situações em que identificou possibilidades de melhoria, recomendou aprimoramentos. Em 2025, foram expedidas 15 (quinze) **solicitações**, que foram atendidas. Quanto às **recomendações**, no exercício de 2025 foram expedidas 10 (dez), que foram atendidas.

26.3. Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrados na rubrica "Outros ativos circulantes" do balanço patrimonial, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

A composição dos valores pendentes de recebimento referente a funcionários cedidos está demonstrada abaixo:

	2025	2024
Secretaria da Fazenda e Planejamento	76	72
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	98	47
Secretaria Gestão e Governo Digital	72	34
Casa Civil	35	33
Município de São Vicente	19	18
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	25	-
Total	325	204

26.4. Remuneração da administração

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio das deliberações Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) nº 001/2024, e baseada no desempenho e competitividade de mercado, relacionados ao negócio da Companhia estando sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, com os montantes de 31 de dezembro de 2025 e 2024 registrados na rubrica "Salários", foram de R\$ 6.482 e R\$ 6.441, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Conselho de Administração	1.258	1.226
Diretoria Executiva	3.755	3.973
Conselho Fiscal	421	421
Comite de Auditoria Estatutária	1.048	821
Total	6.482	6.441

Os Conselhos de Administração/Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutária reúnem-se uma vez por mês. Os números de membros dos colegiados nos exercícios, eram:

	2025	2024
Conselho de Administração	11	10
Diretoria Executiva	7	7
Conselho Fiscal	5	5
Comite de Auditoria Estatutária	5	5
Total	28	27

Conforme estatuto da Companhia integrará o Conselho de Administração o Diretor-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

26.5. Juros sobre capital próprio

Os saldos a pagar de Juros Sobre Capital Próprio estão registrados na rubrica "Juros sobre o capital próprio" do balanço patrimonial e detalhados na Nota 18.3.

27. Cobertura de seguros

A Prodesp tem a política de contratar coberturas de seguros nos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas de seguros são conforme segue:

Ramo	Tipo de cobertura	2025	2024
Riscos nomeados	Empresarial/Incêndio/Roubo	641.404	616.215
Seguro de vida	Vida empresarial	113.367	110.013
D&O - Directors and Officers	Responsabilidade civil	30.000	30.000
Veículos	Veículos	1.000	1.000
E&O - Certificados	Responsabilidade civil	2.000	1.650
Outros	Transportes	200	150
		787.971	759.028

28. Relacionamento com auditoria externa

A Prodesp possui um contrato de auditoria externa com a BDO RCS Auditores Independentes, empresa que examina e emite opinião sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Este contrato abrange a auditoria dos exercícios de 2024, 2025 e 2026, assegurando continuidade e profundidade nas análises e revisões.

A Prodesp também mantém uma relação transparente e ética com os auditores independentes, fornecendo todas as informações e documentos necessários para a realização dos trabalhos de auditoria, bem como atendendo às recomendações e às sugestões de melhoria apresentadas pelos auditores. A Prodesp reconhece a importância da independência dos auditores independentes para a credibilidade e a confiabilidade das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como para a proteção dos interesses dos acionistas, dos credores e da sociedade em geral. A empresa de auditoria externa não realizou serviços de consultoria.

29. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2025, têm sua aprovação pelo Conselho de Administração conforme ata de reunião realizada no dia 13 de março de 2026.

A seguir, serão destacados os principais assuntos que foram objetos de interação com as unidades da Prodesp e os temas transversais tratados junto à Companhia em 2025:

• **Demonstrações Financeiras:** assunto abordado em diversas reuniões, sobre a elaboração das DFs e das Informações Trimestrais (ITRs), com discussões sobre os efeitos da imunidade tributária, evolução do ativo intangível, fluxo de caixa, coleta biométrica e os processos de faturamento e cobrança.

• **Posição Econômica e Financeira:** Regularmente discutida em todas as reuniões, com foco nos resultados acumulados, fluxo de caixa, contas a receber e receitas a faturar. Em 2025, a Companhia enfrentou desafios significativos, incluindo a necessidade de melhorar a gestão do fluxo de caixa e a cobrança de clientes inadimplentes.

• **Auditoria Interna:** Acompanhamento dos trabalhos de auditoria e da revisão de normativos. A auditoria interna apresentou avanços nos quesitos governança, capacitação da equipe e atuação preventiva.

Continua ▶



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE E DO CONSELHO FISCAL

• **Auditoria Externa Independente:** Discussões sobre revisões técnicas das demonstrações financeiras trimestrais com destaque para efeitos da imunidade tributária e venda do imóvel da Mooca.

• **Riscos, Controles Internos e Compliance:** Validação de riscos estratégicos, consolidação de matriz de riscos operacionais, e avaliação de risco cibernético segundo ISO 27002.

• **Assuntos Jurídicos e Contenciosos:** Atualizações sobre processos judiciais, provisionamentos das contingências passivas e ativas, recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), e recomendações do Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre fiscalização de cotas de PCD em contratos de fornecedores.

Em 2025, a Prodesp incentivou o CAE à participação dos cursos de Governança para Estatais, Cibersegurança e Código de Conduta e Integridade da Prodesp – Ciclo 2024-2025.

3. Considerações Finais

Com base nas atividades desenvolvidas em 2025 e considerando as atribuições do CAE, conclui-se que houve avanços na governança econômico-financeira, na gestão de riscos e na institucionalização de controles, sem prejuízo de aprimoramentos contínuos.

O CAE analisou o Relatório da Administração de 2025, o Relatório de Sustentabilidade e o Relatório dos Auditores Independentes, em complemento às demonstrações financeiras de 2025, que foram elaboradas em conformidade com as normas legais e contábeis do Brasil, sinalizadas favoravelmente pelo CAE à aprovação pelo Conselho de Administração e envio à Assembleia Geral Ordinária.

Até o fechamento do relatório, não houve registro de denúncias de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Prodesp que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que comprometessem a continuidade da empresa ou a fidedignidade das demonstrações financeiras.

Cabe destacar, que no exercício de suas atribuições estatutárias e legais, o Comitê de Auditoria Estatutário atuou com independência técnica e funcional. Ademais, em linha com as boas práticas de governança corporativa, o CAE realizou reuniões reservadas com os auditores independentes e com a Auditoria Interna, sem a presença da Administração, com o objetivo de discutir aspectos relevantes relacionados à qualidade das demonstrações financeiras, à efetividade dos controles internos e à condução dos trabalhos de auditoria.

Por fim, o CAE declara que cumpriu as atividades previstas no Plano de Trabalho para 2025 e reafirma seu compromisso com a transparência, integridade e excelência na governança corporativa, contribuindo para a sustentabilidade e sucesso da Prodesp.

4. Manifestação quanto às Demonstrações Contábeis – 2025

O CAE, em 06 de março de 2026, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu à análise das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e, considerando suas análises, as informações apresentadas pelo Departamento de Controladoria da Companhia e também pela BDO RCS Auditores Independentes, o CAE manifestou que as Demonstrações Financeiras da Prodesp do exercício de 2025 encontram-se em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração e recomendou a sua aprovação.

São Paulo, 06 de março de 2026.

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário:
Marcelo Almeida.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:
Carla Cristina de Oliveira Poletti, Karolina Fosséca Lima,
Moacyr Vieira Seródio Filho, Sérgio Tadeu Neiva Carvalho.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis - Referente ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

Aos Acionistas e Conselheiros da **Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp**
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp. ("Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, Prodesp ou Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 26, a Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Fazenda do Estado de São Paulo, e com empresas/entidades a ela relacionadas, conforme Item 2 da sua política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o Inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16. De acordo com os Itens 26.1.e 26.2 da referida nota explicativa, em 31 de dezembro de 2025, o montante dos saldos a receber pela Prodesp decorrentes de transações com partes relacionadas atingiu o valor de R\$ 438.131 mil e dos serviços prestados pela PRODESP, o valor de R\$ 2.266.002 mil. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do Valor Adicionado (DVA) – informação suplementar

As demonstrações contábeis acima referidas incluem a Demon-

tração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoá-

vel, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

Roberto Camargo

Sócio auditoria - CRC 1 SP 191164/O-7

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025

O Conselho Fiscal da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP reuniu-se nos termos da legislação vigente e do estatuto da Sociedade para examinar e dar parecer sobre o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, do Movimento das Contas do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas. Baseando-se nos exames e verificações que efetuou mensalmente nos balancetes da Companhia no relatório final dos auditores independentes e nos esclarecimentos da diretoria e do Comitê de Auditoria Estatutário realizados ao Colegiado, opinou por considerar que as referidas Demonstrações Financeiras se encontram em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 13 de março de 2026

Luzia Valéria Sarno
Maurício Barutti de Oliveira
Roberto César de Oliveira Viégas
Bruno Santos Abreu Caligaris
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Conselho de Administração

Presidente Eduardo Aggio de Sá	José Lopes Hott Junior
Conselheiros André Rodrigues Fróes (Membro Independente)	Leonardo José Mattos Sultani
Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Junior (Membro Independente)	Marcelo Almeida (Membro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário)
Gileno Gurjão Barreto	Marcos Tadeu Yazaki (Membro Representante dos Empregados)
João Rodrigues da Silva Filho	Paulo Robério Tavora Pinho
	Rogério Campos

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente Gileno Gurjão Barreto	Diretor de Desenvolvimento de Sistemas Rafael Almeida Fernandez Soto
Diretor Administrativo-Financeiro Camilo Cogo Cavalcanti	Diretor de Operações Ricardo Cezar de Moura Jucá
Diretor Jurídico, de Governança e Gestão André Luiz Sucupira Antonio	Diretor de Serviços ao Cidadão Carlos Henrique Netto Vaz
Diretor de Relacionamento com o Cliente Thiago Waltz Alves	

Contador

Matheus Romualdo de Jesus - CRC SP 328640/O-4

